

PARTE II

O QUE SE VÊ
E O QUE NÃO SE VÊ

Introdução

por Friedrich Hayek⁽¹⁾

Mesmo os que possam questionar a eminência de Frédéric Bastiat enquanto economista, no sentido mais teórico da disciplina, admitirão que o francês foi um publicista genial. Joseph Schumpeter classificou-o como «o mais brilhante jornalista económico

⁽¹⁾ Friedrich Hayek (1899-1992) foi um intelectual e economista anglo-austriaco, reconhecido defensor da liberdade económica enquanto pressuposto da liberdade política e cujas contribuições para as ciências sociais, ao nível da teoria dos ciclos económicos e da dispersão de conhecimento numa ordem social espontânea, lhe valeram, em 1974, o Prémio do Banco da Suécia em Memória a Alfred Nobel, vulgarmente conhecido como Nobel da Economia. Foi também uma referência no campo da ciência política e da história do pensamento, sendo ainda hoje lido e estudado um pouco por todo o mundo. A presente introdução pode ser encontrada, na sua versão original, em *Selected Essays on Political Economy*, Foundation for Economic Education, 1995, disponível em <https://history.fee.org/publications/selected-essays-on-political-economy-1/>. (N. do Org.)

que já existiu». Para o propósito de apresentar o presente volume, que contém alguns dos seus mais bem-sucedidos escritos para o público em geral, essa descrição deverá bastar. Poderemos até mesmo aceitar a avaliação severa que Schumpeter faz de Bastiat, ao dizer que «ele não era um teórico», sem que isso diminua seriamente a sua estatura. É verdade que quando, no final da sua carreira extremamente curta como escritor, Bastiat tentou apresentar os fundamentos teóricos das suas concepções gerais de economia⁽²⁾, a sua tentativa não satisfiz os profissionais da época. De facto, teria sido um milagre que, depois de apenas cinco anos de escrita regular sobre assuntos públicos, e com uma doença mortal a avançar rapidamente, um homem conseguisse, em apenas alguns meses, defender os pontos nos quais divergia da doutrina então estabelecida. Ainda assim, é legítimo perguntar se não terá sido apenas a sua morte prematura aos 49 anos que o impediu de o conseguir. Os seus escritos polémicos, que, em resultado desse infortúnio, são os mais importantes que deixou, certamente provam que a sua astúcia para o que realmente importava e o seu dom para chegar ao âmago das questões dar-lhe-iam material bastante para contributos significativos na Ciência.

Nada o ilustra melhor do que o célebre título do presente ensaio. «O que se vê e o que não se vê em economia política!» Jamais alguém afirmou tão claramente numa única frase o desafio central da política

(2) Em *Harmonies économiques* (1850). (N. do Org.)

económica racional e – permitam-me acrescentar – o argumento decisivo a favor da liberdade económica. É a ideia condensada nestas palavras que me faz usar a palavra ‘genial’ no início desta apreciação. Na verdade, podemos expor todo um sistema de política económica libertária em torno deste ensaio de Bastiat. E embora constitua o título de apenas um dos seus ensaios de economia, fornece ainda assim a ideia central para todos os outros. Bastiat ilustra o seu significado várias vezes, refutando as falácias em voga no seu tempo. Mais adiante, darei nota de como as ideias em disputa não mudaram substancialmente desde o tempo de Bastiat, ainda que hoje em dia sejam geralmente defendidas sob um disfarce mais sofisticado. Contudo, antes disso, quero dizer algumas palavras sobre o significado mais geral desta sua ideia.

Esse significado resume-se ao seguinte: se avaliarmos as medidas de política económica somente com base nos seus efeitos previsíveis e imediatos, não só ficaremos aquém de uma ordem social sustentável, como decerto acabaremos por extinguir progressivamente a liberdade e, dessa forma, impedir mais benefícios do que os que as nossas medidas produzirão. A liberdade é importante por permitir que cada indivíduo tire o melhor partido das circunstâncias particulares das quais só ele tem consciência. Portanto, nunca teremos noção das acções benéficas que restringimos quando impedimos um indivíduo de servir os seus semelhantes da maneira que mais lhe faz sentido. No entanto, todas as intervenções equivalem a restrições desse género. Obviamente, todas elas visam alcançar algum

objectivo em concreto. E perante os resultados directos de tais acções do Governo, poderemos apenas, em cada caso individual, contrapor a mera probabilidade de algumas acções desconhecidas, mas benéficas, terem sido evitadas. Assim, se cada uma destas decisões se basear nos seus méritos directos e não num apego à liberdade enquanto princípio geral, a liberdade estará condenada em quase todas as situações. Bastiat tinha razão em tratar a liberdade de escolha como um princípio moral, nunca sacrificado perante considerações de conveniência; pois talvez nenhum aspecto da liberdade resistisse se apenas tivesse de ser respeitado quando se pudessem apontar os danos concretos causados pela sua abolição.

Bastiat direccionou os seus argumentos a certas falácias eternamente recorrentes, tal e qual iam sendo defendidas na sua altura. Poucas são as pessoas que hoje as empregariam tão ingenuamente quanto era ainda possível fazê-lo naquele tempo. Mas nem por isso acredite o leitor que essas mesmas falácias já não têm um papel importante na discussão económica contemporânea: simplesmente, são expostas de uma forma mais sofisticada hoje em dia – sendo, portanto, mais difíceis de detectar. O leitor que aprenda a reconhecer essas falácias nas suas manifestações mais simples encontrar-se-á, pelo menos, vigilante, quando essas mesmas conclusões forem retiradas do que parece ser um argumento mais científico. É característica de grande parte do recente discurso económico a utilização de argumentos rejuvenescidos para, uma vez mais, reivindicar aqueles preconceitos que, por

nos levarem a máximas agradáveis ou convenientes, se mostram sempre tão tentadores: gastar é uma virtude e poupar é um vício; o esbanjamento ajuda o povo, ao passo que a frugalidade o prejudica; o dinheiro será mais bem empregue nas mãos do Governo do que nas do povo; é dever do Governo assegurar que todos recebem de acordo com os seus méritos; etc., etc.

Nenhuma dessas ideias perdeu o seu fulgor nos nossos tempos. A única diferença é que Bastiat, ao combatê-las, lutava geralmente ao lado dos economistas profissionais da altura contra as crenças populares manipuladas por interesses particulares; ao passo que, hoje em dia, propostas semelhantes são difundidas por uma influente escola de economistas, com um engenho impressionante e substancialmente ininteligível para o cidadão comum. Duvido que haja alguma falácia, combatida por Bastiat no seu tempo, que não tenha, nos tempos modernos, tido um ressurgimento. Vou dar apenas um exemplo: após menção à fábula económica mais conhecida de Bastiat, a Petição dos fabricantes de velas contra a concorrência do Sol (contida neste volume), na qual se exige a proibição das janelas em virtude do benefício que a prosperidade dos fabricantes de velas representaria para toda a sociedade, um conhecido livro francês de história do pensamento económico acrescenta, na sua última edição, a seguinte nota de rodapé: «Deve notar-se que, de acordo com Keynes – no pressuposto de haver desemprego e de acordo com a teoria do multiplicador – esse argumento dos fabricantes de velas é plena e literalmente válido.»

O leitor atento notará que, apesar de Bastiat lidar com diversas utopias económicas que nos são familiares, um dos principais perigos do nosso tempo não aparece nas suas páginas. Embora tenha de lidar com várias propostas peculiares para o uso do crédito no seu tempo, a inflação directa através de um défice do Governo não se apresentava, então, como grande perigo. Um aumento da despesa significa, para Bastiat, imediata e necessariamente um aumento dos impostos. A razão é que, tal como acontece com todas as pessoas que passaram por uma grande inflação a determinada altura na sua vida, uma depreciação contínua da moeda não era coisa que os franceses daquela época estivessem dispostos a aceitar. Portanto, se o leitor se sentir inclinado a superiorizar-se às falácias bastante simples que Bastiat achava necessário refutar, deve lembrar-se que, noutros aspectos, os seus compatriotas há quase duzentos anos eram consideravelmente mais sensatos do que a nossa geração.

O que se vê e o que não se vê,

ou

A economia política numa lição⁽¹⁾

Na esfera económica, um acto, um hábito, uma instituição, uma lei, não geram somente um efeito, mas uma série de efeitos. Desses efeitos, só o primeiro é imediato; manifesta-se em simultâneo com a sua causa. *É visível*. Os restantes só aparecem depois e *não são visíveis*. Podemos dar-nos por felizes se conseguirmos *antevê-los*.

Entre um mau e um bom economista, toda a diferença se resume ao seguinte: um detém-se no efeito *visível*; o outro leva em conta quer o efeito que se vê, quer aqueles que se devem *antever*.

Mas essa diferença é enorme, pois o que acontece quase sempre é que, quando a consequência imediata

(¹) *Ce qu'on voit et ce qu'on ne voit pas, ou l'Économie politique en une leçon*. Par M. F. Bastiat, Représentant du peuple à l'Assemblée nationale, Membre correspondant de l'Institut (Paris: Guillaumin, 1850) [último ensaio escrito por Bastiat antes da sua morte. (N. do Org.)]

é favorável, as consequências posteriores são infelizes, e *vice-versa*. Daí se conclui que o mau economista se foca num pequeno benefício no presente, o qual vai resultar num grande mal no futuro; ao passo que o verdadeiro economista persegue um grande benefício no futuro, correndo o risco de provocar um pequeno mal no presente.

De resto, o mesmo acontece no campo da saúde e da moral. Não raras vezes, quanto mais doce é o primeiro fruto de um hábito, tanto mais amargos são os seguintes. São prova disso, por exemplo, o vício, a preguiça, a prodigalidade. Assim, quando um homem é atingido pelo efeito *do que se vê* e ainda não aprendeu a discernir os efeitos *que não se vêem*, está a entregar-se a maus hábitos, não somente por inclinação, mas também com intenção.

Isso explica a evolução fatalmente dolorosa da Humanidade. A ignorância rodeia o seu berço; portanto, ao escolher os seus actos, a Humanidade limitava-se às suas consequências imediatas – as únicas que, inicialmente, conseguia discernir. Só com o passar do tempo é que aprendeu a levar em conta as restantes consequências. Dois mestres bem distintos ensinam-lhe esta lição: a experiência e a previdência. A experiência actua eficazmente, mas de um modo brutal. Mostra-nos todos os efeitos de um acto fazendo-nos senti-los; de modo que não podemos forçosamente ignorar que o fogo queima, quando efectivamente ele nos está a queimar. Pessoalmente, eu gostaria que pudéssemos, na medida do possível, substituir esse rude doutor por um mais delicado: a previdência. Por

isso, procurarei de seguida examinar as consequências de alguns fenómenos económicos, opondo às *que se vêem* aquelas *que não se vêem*.

I. A janela partida

Nunca vos aconteceu presenciarem o ataque de raiva que atinge o bom burguês Jacques Bonhomme⁽²⁾, quando o seu filho desajeitado parte os vidros de uma janela? Quem já assistiu a um espectáculo desses decerto constatou que todos os presentes, às vezes quase trinta pessoas, costumam ser unânimes no consolo que oferecem ao infeliz proprietário da janela partida: «Há males que vêm por bem. São acidentes desse tipo que ajudam a indústria a progredir. É preciso que todos possam ganhar a vida. O que seria dos vidraceiros se os vidros nunca se partissem?»

Ora, este tipo de condolências revela toda uma teoria que seria importante apontar em flagrante delito, nesta sua versão mais simples, pois trata-se precisamente da mesma teoria que, infelizmente, rege a maior parte das nossas instituições económicas.

Se supusermos que são necessários seis francos para reparar os danos na janela, pode dizer-se com toda a razão, e eu não me oponho, que o incidente faz chegar seis francos à indústria vidraceira, encorajando o seu desenvolvimento na mesma proporção.

(2) Bastiat menciona este nome no sentido figurativo de representar o cidadão comum e honesto. (*N. do Org.*)

O vidraceiro aparece, faz o seu serviço, recebe os seis francos, e esfrega as mãos de contente, abençoando do fundo do coração o garoto imprudente. Isto é *o que se vê*.

Mas se, por dedução, chegarmos à conclusão, como muitas vezes acontece, de que é bom que se partam janelas, que isso faz o dinheiro circular, que daí resulta um encorajamento para a indústria em geral, então serei obrigado a exclamar: alto lá! Essa teoria pára *naquilo que se vê*, mas não leva em consideração *aquilo que não se vê*.

Não se vê que, se o nosso burguês gastou seis francos em determinada coisa, não vai poder gastá-los noutra! *Não se vê* que, se ele não tivesse nenhuma janela para reparar, teria, por exemplo, trocado os seus velhos sapatos ou colocado mais um livro na sua biblioteca. Enfim, o burguês teria dado aos seus seis francos um qualquer outro destino que, agora, já não poderá dar.

Façamos, pois, as contas da indústria *em geral*.

Partida a janela, a indústria dos vidros foi estimulada em seis francos; é o que se vê.

Se a janela não tivesse sido partida, a indústria dos sapatos (ou de qualquer outra coisa) teria sido estimulada na proporção de seis francos; é o que não se vê.

Portanto, se tivermos em consideração *o que não se vê*, neste caso um facto negativo, como também *o que se vê*, um facto positivo, compreenderemos que não há nenhum interesse para a indústria *em geral*, nem para o *emprego nacional*, no facto de os vidros serem ou não partidos.

Façamos agora as contas de Jacques Bonhomme.

Na primeira hipótese, a da janela partida, ele gasta seis francos e fica com nada mais nada menos que o mesmo prazer de possuir uma janela.

Na segunda hipótese, na qual o incidente não ocorreu, Jacques Bonhomme teria gastado seis francos em sapatos, obtendo, portanto, o prazer simultâneo de possuir um novo par de sapatos e também uma janela.

Ora, como Jacques Bonhomme é um elemento da sociedade, deve concluir-se que, considerada no seu conjunto, e fazendo-se o balanço dos seus trabalhos e dos seus prazeres, a Sociedade perdeu o valor relativo à janela partida.

Daí que, generalizando, se chega a esta conclusão inesperada: «A sociedade perde o valor dos objectos destruídos inutilmente» – e chega-se também a este aforismo capaz de arrepiar os cabelos dos proteccionistas: «Partir, estragar, dissipar não equivale a estimular o emprego nacional» ou, mais sucintamente: «A destruição não é um ganho.»

Que direis vós, *Moniteur Industriel*⁽³⁾, que direis vós, adeptos deste bom Sr. Saint-Chamans⁽⁴⁾, que calculou com tanta precisão o que a indústria ganharia com o incêndio de Paris, levando em conta as casas que seria necessário reconstruir?

⁽³⁾ Jornal da Associação para a Defesa do Emprego Nacional, organização proteccionista da época. (*N. do Org.*)

⁽⁴⁾ Auguste de Saint-Chamans (1777-1860), deputado e conselheiro de Estado na época da Restauração, proteccionista e partidário de uma balança comercial superavitária.

Lamento desmoralizar esses cálculos engenhosos, tanto mais porque vão influenciando o espírito dos nossos legisladores, mas insisto que façam de novo as contas, desta vez tendo em conta não só *o que se vê*, mas também *o que não se vê*.

É preciso que o leitor aprenda a verificar que não há somente dois, mas três personagens no pequeno drama que acabei de lhe apresentar. Um deles, Jacques Bonhomme, representa o consumidor, condenado pela destruição a ter um só prazer em vez de dois. O outro, na figura do vidraceiro, mostra-nos o produtor cuja indústria o incidente vem estimular. E o terceiro é o sapateiro (ou qualquer outro empreendedor) cujo trabalho é enfraquecido pelas mesmas razões. É esse terceiro personagem que é constantemente deixado na penumbra e que, personificando aquilo *que não se vê*, se revela um elemento fundamental do problema. É ele que nos faz compreender quão absurdo é afirmar-se que existe lucro na destruição. É ele que em breve nos ensinará que não menos absurdo é procurar-se lucro numa interdição, já que esta não passa, no fim de contas, de uma destruição parcial. Por isso, indo-se à raiz de todos esses argumentos que se fazem valer em seu favor, não se encontrará outra coisa senão a repetição deste velho provérbio popular: «*O que seria dos vidraceiros se os vidros nunca se partissem?*»

II. A dispensa dos soldados

É válido para um povo o que o é para um homem.. Quando um homem deseja obter uma satisfação, é a si que compete verificar se ela vale o que custa. No caso de uma nação, a segurança é o maior dos bens. Se, para a adquirir, for preciso arregimentar cem mil homens e gastar cem milhões de francos, não tenho nada a dizer. Trata-se de um prazer adquirido pelo preço de um sacrifício.

Mas que ninguém se engane quanto ao alcance da minha tese.

Um deputado propõe a dispensa de cem mil homens para aliviar o bolso dos contribuintes em cem milhões de francos.

Se nos limitarmos a contra-argumentar: «Esses cem mil homens e esses cem milhões de francos são indispensáveis à segurança nacional: representam um sacrifício, mas, sem este sacrifício, a França seria dilacerada pelas facções ou invadida pelo estrangeiro» — não tenho nada a opor a esse argumento, que pode ser falso ou verdadeiro, mas não contém, teoricamente, qualquer heresia económica. A heresia começa quando se quer apresentar o próprio sacrifício como sendo uma vantagem, já que traz um proveito para alguém.

Ora, ou estou muito enganado ou o autor da proposta, mal desça da tribuna, será substituído por outro orador que se apressará a exclamar:

«Dispensar cem mil homens! Já pensaram nisso? Que vai ser deles? De que vão viver? Será do trabalho?

Mas não sabeis vós que falta trabalho por toda a parte? Que todas as profissões e carreiras estão saturadas? Desejais abandoná-los, para aumento da concorrência e da pressão no valor dos salários? No momento em que é tão difícil ganhar a vida, não é uma sorte que o Estado dê sustento a cem mil indivíduos? Considerai, além disso, que o Exército consome vinho, roupas, armas; que, desta forma, expande a actividade das fábricas e das cidades onde se localizam os quartéis; que é, em última análise, a Providência dos seus inúmeros fornecedores. Não vos arrepiais perante a ideia de acabar com este imenso movimento industrial?»

Este discurso, como é evidente, defende a manutenção dos cem mil soldados, não pelas necessidades do serviço militar, mas por considerações de ordem económica. São apenas essas considerações que me cabe refutar.

Cem mil homens, que custem aos contribuintes cem milhões de francos, vivem e dão de viver aos seus fornecedores na medida exacta desses mesmos cem milhões de francos: *é o que se vê*.

Mas cem milhões de francos saídos do bolso dos contribuintes deixam, na mesma medida, de dar sustento a esses mesmos contribuintes e aos seus fornecedores: *é o que não se vê*. Façam os vossos cálculos, as vossas contas, e digam-me: onde está o proveito para o povo em geral?

Da minha parte, dir-vos-ei onde está a *perda* e, para simplificar, em vez de falarmos em cem mil homens e cem milhões de francos, raciocinemos com base em um homem e mil francos.

Eis-nos na vila de A. Os recrutadores aparecem para uma ronda e escolhem um homem. O pessoal do Tesouro faz também a sua inspecção e recolhe mil francos. O homem e os mil francos são então transportados para Metz, os francos destinados a sustentar o homem, durante um ano, enquanto ele nada faz. Se apenas pensardes em Metz, oh! aí têm toda a razão, a medida é bastante vantajosa. Mas se os nossos olhos se voltarem para a vila de A, chegareis a uma conclusão diferente, pois a não ser que estejais cegos, verificareis que essa terra perdeu um trabalhador e os mil francos que sustentariam o seu trabalho e a actividade que, com a despesa desses mil francos, se expandiria à sua volta.

À primeira vista, tudo parece compensar-se. Os fenómenos que se desenrolariam naquela vila ocorrem também em Metz, e acabou-se o assunto.

Mas eis onde está a perda. Na vila, um homem lavrava e laborava: era um trabalhador; em Metz, ele faz «direita, esquerda, volver»: é um soldado. O dinheiro que circula é o mesmo nos dois casos, mas no primeiro havia trezentos dias de trabalho produtivo, no outro, há trezentos dias de trabalho improdutivo, sempre na suposição de que uma parte do Exército não é indispensável à segurança pública.

Entretanto, vem a dispensa. Dir-me-eis que haverá um aumento de cem mil trabalhadores, que a concorrência será estimulada e que a pressão daí resultante sobre o nível dos salários será substancial. É o que vedes.

Mas eis o que não vedes. Não vedes que dar baixa a cem mil soldados não é eliminar cem milhões de francos, mas sim devolvê-los aos contribuintes. Não vedes que lançar assim cem mil trabalhadores no mercado é lançar, simultaneamente, nesse mercado os cem milhões de francos destinados a pagar o seu trabalho. Não vedes que, por conseguinte, a mesma medida que aumenta a *oferta* de mão-de-obra aumenta também a sua *procura*; de onde se conclui que a baixa de salários é ilusória. Não vedes que, tanto antes como depois da dispensa, há no país cem milhões de francos correspondentes a cem mil homens, e que toda a diferença consiste no seguinte: antes, o País entregava os cem milhões aos cem mil homens para não fazerem nada; depois, o País entrega-lhos para que trabalhem. Por fim, não vedes que, quando um contribuinte entrega o seu dinheiro, seja a um soldado, em troca de nada, seja a um trabalhador, em troca de alguma coisa, todas as posteriores consequências da circulação desse mesmo dinheiro são as mesmas em ambos os casos; simplesmente, no segundo caso, o contribuinte recebe alguma coisa, ao passo que, no primeiro, ele não recebe nada. Resultado: um sacrifício sem proveito para a Nação.

O sofisma que aqui combato não resiste ao teste da generalidade, que é a pedra de toque de todos os princípios. Se, tudo compensado, todos os interesses examinados, houvesse *um proveito para a Nação* no aumento do Exército, porque não alistar toda a população masculina do país?

III. O imposto

Nunca ouviu dizer que: «O imposto é o melhor investimento que existe; é um orvalho fertilizante. Vejam quantas famílias vivem graças a ele, e sigam, em pensamento, os seus ricochetes na indústria: são o infinito, são a própria vida»?

Para combater esta doutrina, serei obrigado a reproduzir a refutação anterior. A economia política bem sabe que os seus argumentos não são assim tão divertidos para que se possa afirmar: *repetita placet*, a repetição agrada. Portanto, como Basílio⁽⁵⁾, ela adaptou este provérbio às suas conveniências, convencendo-se de que, na sua boca, *repetita docent*, a repetição ensina.

As vantagens que os funcionários encontram por receberem os seus salários *são o que se vê*. O benefício que daí resulta para os seus fornecedores é *ainda o que se vê*. Tudo isso ofusca os olhos do corpo.

Mas a desvantagem que os contribuintes sofrem ao ter de pagar tudo isso *é o que não se vê*, e o dano que tais desvantagens acarretam para os respectivos fornecedores *é ainda mais o que não se vê*, embora devessem saltar aos olhos do espírito.

Quando um funcionário público gasta, em seu benefício, *mais cem soldos*⁽⁶⁾, isso implica que um contribuinte dispõe de *cem soldos a menos* para o seu

(5) Personagem d'*O Barbeiro de Sevilha* que, como músico, adaptava provérbios introduzindo-lhes diferentes variações. (N. do Org.)

(6) 1 soldo = 0,05 francos. (N. do Org.)

próprio benefício. Mas a despesa de um funcionário público *vê-se*, porque se concretiza; ao passo que a do contribuinte *não se vê*, porque infelizmente é impedida de se concretizar.

Vós comparais a Nação a uma terra ressequida e o imposto a uma chuva fecunda. Que seja. Mas devíeis interrogar-vos também onde está a fonte que gera essa chuva e se não foi precisamente o imposto que absorveu a humidade do solo e o ressequiu.

Além disso, devíeis ainda interrogar-vos se é possível que o solo receba mais água do que aquela que perde através da evaporação.

O que é óbvio é que, ao pagar cem soldos ao Tesouro, Jacques Bonhomme não recebe nada em troca. Já quando um funcionário público, ao gastar esses soldos, os entrega a Jacques Bonhomme, recebe em troca o equivalente em trigo ou em trabalho. O resultado final para Jacques Bonhomme é uma perda de cinco francos.

É bem verdade que, não raras vezes, o funcionário público presta ao Jacques Bonhomme um serviço equivalente. Nesse caso, não há perdas nem de um lado nem do outro. Só existe a troca. Por isso é que os meus argumentos não se referem, em caso algum, às funções úteis. Eu digo o seguinte: se quiserdes dar mais uma função ao Estado, provai a sua utilidade. Demonstrei que ela vale para Jacques Bonhomme, pelos serviços que lhe presta, o equivalente ao que lhe custa. Mas não invoqueis como argumento, abstraindo-vos dessa utilidade intrínseca, a vantagem que essa função confere ao funcionário, à sua família,

aos seus fornecedores. Não alegueis que estimula o emprego.

Quando Jacques Bonhomme entrega cem soldos a um funcionário público em troca de um serviço realmente útil, isso equivale exactamente à circunstância de pagar cem soldos a um sapateiro por um par de sapatos. «Toma lá, dá cá.» E as contas ficam saldadas. Contudo, quando Jacques Bonhomme paga cem soldos a um funcionário para não receber em troca qualquer serviço ou, até mesmo, passar por humilhações, é como se estivesse a entregar o seu dinheiro a um ladrão. É inútil dizer-se que o funcionário vai gastar os cem soldos em prol do emprego nacional. O mesmo teria feito o ladrão. O mesmo teria feito Jacques Bonhomme, se não tivesse encontrado no seu caminho nem o parasita extralegal, nem o parasita legal.

Habituemo-nos, pois, a julgar as coisas não somente *pelo que se vê*, mas também *pelo que não se vê*.

Durante o ano passado, fui membro da Comissão de Finanças na Assembleia, visto que, na Constituinte, os membros da oposição não eram, por norma, excluídos de todas as comissões. Nisto, a Constituinte agiu com sabedoria. Por lá ouvimos o senhor Thiers dizer: «Durante toda a vida combati os homens do partido legitimista e do partido sacerdotal. Depois de o perigo comum nos ter aproximado, depois de ter passado a partilhar a sua presença, depois de os conhecer, depois de nos passarmos a falar abertamente, dei-me conta de que não são os monstros que havia imaginado.»

Sim, as desconfianças exageram-se, os ódios exaltam-se entre partidos políticos que não se misturam; e se

a maioria deixasse entrar nas comissões alguns membros da minoria, talvez se reconhecesse, de parte a parte, que as ideias não estão assim tão distantes e, sobretudo, que as intenções não são assim tão perversas quanto se imagina.

Seja como for, no ano passado fiz parte da Comissão de Finanças. De cada vez que um dos nossos colegas falava em fixar numa quantia moderada a remuneração do Presidente da República, dos ministros, dos embaixadores, alguém lhe respondia:

«Para bem do serviço público, é preciso que certas funções tenham brilho e dignidade, como forma de atrair os homens de mérito. São inúmeros os cidadãos em situações complicadas que tentam fazer-se ouvir junto do Presidente da República, que seria colocado numa posição extremamente embaraçosa se o forçássemos a dizer sempre que ‘não’. Uma certa apresentação nos salões ministeriais e diplomáticos faz parte das engrenagens de um governo constitucional, etc.»

Embora tais argumentos possam ser contestados, merecem sem dúvida alguma que lhes dediquemos um exame sério. Baseiam-se no interesse público, bem ou mal apreciado. E, quanto a mim, reconheço-lhes mais mérito do que muitos dos nossos Catões, que são movidos por um espírito de mesquinhez ou de ciúme.

Mas o que revolta a minha consciência de economista, o que me faz corar pela reputação intelectual do meu país, é quando o argumento se reduz (e disto nunca temos falta) a esta banalidade absurda, e sempre favoravelmente acolhida:

«Além disso, o luxo dos grandes funcionários estimula as artes, a indústria, o trabalho. O Chefe de Estado e os seus ministros fazem a vida fluir nas veias de todo o corpo social, sempre que promovem festas e recepções. Reduzir os seus salários é diminuir a indústria parisiense e, com isso, a indústria nacional.»

Por favor, senhores, respeitai ao menos a aritmética e não venhais dizer perante a Assembleia Nacional de França – na esperança de que, envergonhada, ela venha a aprovar o que dizem – que uma soma dá um resultado diferente consoante seja feita de cima para baixo ou de baixo para cima.

Ora eu combino com um empreiteiro a abertura de uma vala no meu terreno por cem soldos. Na hora de fechar o negócio, o cobrador de impostos pega nos meus cem soldos e entrega-os ao ministro do Interior. O meu acordo com o empreiteiro fica impossibilitado, mas o sr. ministro terá mais um prato no seu jantar. Com base nisto, vós afirmais que aquela despesa oficial representa um acréscimo para a indústria nacional! Não entendeis que se trata de uma simples *deslocação* de satisfação e de trabalho? Um ministro tem a sua mesa mais rica, é verdade; mas um agricultor tem o seu campo menos bem dessecado, e isso também é verdade. Um restaurante parisiense ganhou cem soldos, eu concordo; mas concordo também que um empreiteiro do interior deixou de ganhar cinco francos. Tudo o que se pode dizer é que o prato da mesa oficial e a satisfação do dono do restaurante *são o que se vê*; o terreno cheio de água e o empreiteiro desempregado *são o que não se vê*.

Meu Deus! Como é difícil demonstrar, em economia política, que dois e dois são quatro. E quando alguém consegue fazê-lo, logo ouvimos que «é tão óbvio que até aborrece». Mas depois vota-se como se nada tivesse sido provado.

IV. Teatro, belas-artes

Deve o Estado subvencionar as artes?

Há, sem dúvida, muito a dizer, quer contra, quer a favor.

A favor do sistema de subvenção, pode-se afirmar que as artes engrandecem, elevam e embelezam a alma de uma Nação; que a afastam das preocupações materiais, lhe desenvolvem o gosto pelo belo e reagem favoravelmente sobre as suas maneiras, os seus costumes e até mesmo sobre a sua indústria. Podia até perguntar-se o que seria da música, em França, sem o Teatro Italiano e o Conservatório; e da arte dramática sem o Teatro Francês; da pintura e da escultura sem as nossas colecções e os nossos museus. Podia ir-se mais longe e perguntar-se como é que, sem centralização e, consequentemente, sem a subvenção das belas-artes, esse gosto requintado, que é o nobre apanágio do génio francês e que impõe os seus produtos a todo o universo, se teria desenvolvido. Perante tais resultados, não seria uma grande imprudência renunciar a essa módica quotização de todos os cidadãos, que, definitivamente, promove a sua superioridade e a sua glória por toda a Europa?

Perante estas e outras razões, às quais não contesto a força, podemos opor outras, não menos poderosas. Assim, primeiro, poder-se-ia apontar uma razão de justiça distributiva. O direito do legislador vai ao ponto de diminuir o salário do artesão para constituir um suplemento aos lucros do artista?

O Sr. Lamartine⁽⁷⁾ disse já: «Se suprimis a subvenção ao teatro, onde ireis então parar? Não sereis levados, pela lógica, a suprimir as vossas faculdades, os vossos museus, os vossos institutos, as vossas bibliotecas?»

Poder-se-ia responder: «Se quiserdes subvencionar tudo o que é bom e útil, onde ireis então parar? Não sereis levados, pela lógica, a constituir uma lista civil para a agricultura, a indústria, o comércio, as obras sociais, a educação?»

De seguida, estará comprovado que as subvenções favorecem o progresso da arte? Essa é uma questão que está longe de estar resolvida; e nós vemos, com os nossos olhos, que os teatros que prosperam são os que vivem com os seus próprios recursos.

Enfim, chegando a considerações mais elevadas, podemos notar que os desejos e as necessidades nascem uns dos outros, elevando-se a regiões cada vez mais refinadas à medida que a riqueza do público permite a sua satisfação; que o Governo não tem nada que intervir nessa correspondência, pois no estado actual dos recursos disponíveis, ele não conseguiria

(7) Alphonse Marie Louis de Lamartine (1790-1869), um dos grandes nomes da poesia francesa da época romântica, bem como notável estadista. (*N. do Org.*)

estimular, pelos impostos, as indústrias de luxo, sem com isso prejudicar as indústrias de primeira necessidade, invertendo, assim, a marcha natural da civilização. Podemos notar que essas deslocações artificiais das necessidades, dos gostos, do trabalho e da população colocam os povos numa situação precária e perigosa, sem uma base sólida.

Eis algumas das razões que apresentam os opositores da intervenção do Estado no que concerne à ordem pela qual os cidadãos entendem satisfazer as suas necessidades e os seus desejos e, conseqüentemente, dirigir a sua actividade. Eu sou um desses, admito-o, que pensam que a escolha e o impulso devem vir de baixo e não do topo, dos cidadãos e não do legislador; e a doutrina contrária parece-me conduzir ao estrangulamento da liberdade e da dignidade humana.

Todavia, por meio de uma dedução tão falsa quanto injusta, sabem do que se tem vindo a acusar os economistas? De, ao rejeitarem a subvenção, rejeitarem também o próprio objecto da mesma, e de serem os inimigos de todos os géneros de actividade, só porque desejamos que, por um lado, essas actividades sejam livres e que, por outro, procurem por si mesmas a sua própria recompensa.

Assim, pedimos que o Estado não intervenha, através dos impostos, em assuntos da religião? Somos uns ateus. Pedimos que o Estado não intervenha, através dos impostos, na educação? Odiamos o conhecimento. Dizemos que o Estado não deve dar, através de um imposto, um valor factício à terra ou a determinada indústria? Somos os inimigos da propriedade

e do emprego. Pensamos que o Estado não deve subvencionar os artistas? Somos uns bárbaros que julgamos as artes inúteis.

Protesto aqui, com todas as minhas forças, contra tais deduções.

Longe de nós a absurda ideia de desprezar a religião, a educação, a propriedade, o trabalho e as artes, quando pedimos que o Estado proteja o livre desenvolvimento de todos esses tipos de actividade humana, sem os subsidiar uns à custa dos outros. Acreditamos, pelo contrário, que todas essas forças vivas da sociedade se desenvolveriam harmoniosamente sob a influência da liberdade e que nenhuma delas se deveria tornar motivo de perturbações, abusos, tirania e de desordem, como vemos hoje em dia.

Os nossos adversários crêem que uma actividade que não seja subsidiada nem regulamentada é uma actividade desprezível. Nós achamos o contrário. Eles têm fé no Legislador e não na Humanidade. Nós temos fé na Humanidade e não no Legislador.

Assim, o Sr. Lamartine dizia: «Em nome desse princípio, será então preciso *abolir* as exposições públicas, que constituem a honra e a riqueza deste País.»

Eu respondo ao Sr. Lamartine: «Segundo o seu ponto de vista, *não subvencionar é abolir*; porque, partindo do princípio de que nada existe sem ser pela vontade do Estado, o senhor conclui que nada vive sem ser por meio do imposto. Mas devolvo-lhe o exemplo que escolheu, fazendo-lhe notar que a maior, a mais nobre das exposições, a que foi concebida segundo um pensamento mais liberal, a mais

universal e – até mesmo, sem exagero – a mais humanitária, é a exposição que se prepara em Londres⁽⁸⁾, a única que nenhum governo promove e nenhum imposto financia.»

Voltando às belas-artes, repito que se pode alegar fortes razões quer contra, quer a favor do sistema de subvenções. O leitor deve compreender que, dado o objecto especial deste ensaio, não há necessidade de aqui expor essas razões nem de decidir sobre elas.

Todavia, o Sr. Lamartine apresentou um argumento pelo qual não posso passar em silêncio, porque se enquadra muito directamente no âmbito deste estudo económico.

Disse ele: «No que respeita ao teatro, a questão económica resume-se numa única palavra: trabalho. Pouco importa a natureza desse trabalho. Ele é tão fecundo e tão produtivo quanto qualquer outro trabalho numa nação. Os teatros, como sabeis, alimentam e empregam, em França, pelo menos oitenta mil operários de todo o tipo: pintores, pedreiros, decoradores, estilistas, architectos, etc., que são a própria vida e o movimento de vários bairros desta capital e que, por isso mesmo, devem merecer as vossas simpatias!»

As vossas simpatias! Entenda-se: as vossas subvenções.

(8) Referência à Grande Exposição, organizada em Hyde Park, em Londres, no ano de 1851, patrocinada pela Sociedade Londrina de Artes, associação voltada para o desenvolvimento das artes e da indústria. (*N. do Org.*)

E mais ainda: «Os prazeres de Paris são o trabalho e a produção das províncias, e os luxos dos ricos são, na verdade, o salário e o pão de duzentos mil operários de toda a espécie, que vivem das múltiplas indústrias do teatro existentes por esse território da República, e que recebem desses nobres prazeres que ilustram a França o indispensável sustento para as suas famílias e os seus filhos. É para eles que irão esses 60 mil francos.» (Muito bem! Muito bem! Sinais numerosos de aprovação)

Quanto a mim, vejo-me obrigado a dizer: *muito mal! muito mal!* restringindo, obviamente, esta reprovação ao argumento económico com que aqui nos deparamos.

Sim, é para os trabalhadores do teatro que irão, pelo menos em parte, os 60 mil francos. Possivelmente, alguns serão desviados pelo caminho. Na verdade, vigiando-se a coisa mais de perto, talvez até se descobrisse que o «bolo» seguirá outro caminho; felizes os operários se algumas «migalhas» sobrarem para eles! Mas vou admitir que a subvenção chega aos pintores, aos cenógrafos, aos figurinistas, aos cabeleireiros, etc. É o que se vê.

Mas de onde provém essa subvenção? Eis o *reverso* da questão, tão importante de examinar quanto a sua *face*. Qual é a fonte desses 60 mil francos? E *para onde iriam eles* se uma decisão do poder legislativo não os enviasse primeiro para a Rua de Rivoli e depois para a Rua de Grenelle⁽⁹⁾? É o que não se vê.

⁽⁹⁾ O Ministério das Finanças era na Rua Rivoli e o da Educação/Cultura na de Grenelle. (*N. do Org.*)

Decerto ninguém ousará dizer que o voto legislativo fez com que esta quantia apparecesse miraculosamente na urna de votos; que ela é um acréscimo genuíno à riqueza nacional; que, sem este voto miraculoso, esses 60 mil francos teriam permanecido, para sempre, invisíveis e inalcançáveis. Há que admitir que tudo o que esta maioria fez foi decidir que essa quantia havia de ser obtida num certo sítio, de forma a ser enviada para outro lugar, e que esse novo destino só lhe será dado em detrimento de um outro.

Postas as coisas desta forma, fica claro que o contribuinte que seja taxado na quantia de um franco deixará de ter esse mesmo franco ao seu dispor. Fica claro que ele será privado de uma satisfação no valor de um franco, e que o operário que a proporcionaria ver-se-á privado do seu salário nessa mesma quantia.

Não tenhamos a mais pueril ilusão de que o voto do dia 16 de Maio *acrescentará* o que quer que seja ao bem-estar e ao emprego nacional. Ele *transfere* os prazeres, ele *transfere* os salários, e nada mais.

Será que se pode dizer que certo tipo de satisfação e de emprego será substituído por outras satisfações e empregos mais urgentes, mais morais, mais consensuais? Sou capaz de discordar: retirando 60 mil francos ao contribuinte, diminui-se o salário dos agricultores, dos operários, dos carpinteiros, dos ferreiros e, em contrapartida, aumenta-se o salário dos cantores, dos cabeleireiros, dos cenógrafos e dos figurinistas. Nada prova que esta última classe seja mais interessante que a outra. Nem o Sr. Lamartine o alega. Ele próprio diz que o trabalho nos teatros é *tão* fecundo,

tão produtivo (e não «*mais*») quanto qualquer outro, o que até se poderia contestar; pois a melhor prova de que o segundo não é tão fecundo quanto o primeiro é que este é chamado a subsidiar aquele.

Mas esta comparação entre o valor e o mérito intrínseco dos diversos tipos de trabalho não se enquadra no assunto que aqui discuto. Tudo o que desejo fazer neste ensaio é mostrar que, se o Sr. Lamartine e todos os que aplaudiram a sua argumentação viram, com o olho esquerdo, os salários recebidos pelos fornecedores do teatro, deviam ter visto, com o olho direito, os salários perdidos pelos fornecedores dos contribuintes. Assim, expuseram-se ao ridículo de tomar uma *transferência* por um *ganho*. Se fossem coerentes com a doutrina que defendem, pediriam subvenções até ao infinito; pois o que é válido para um franco e para 60 mil francos, sê-lo-á também, em circunstâncias idênticas, para um bilião de francos.

Meus senhores, quando se tratar de impostos, procurem demonstrar a sua utilidade através de argumentos substanciais e não através da seguinte afirmação, deveras descabida: «As despesas públicas são o sustento da classe operária.» Tal afirmação tem o defeito de distorcer um facto essencial, a saber, que as *despesas públicas* se substituem *sempre* às *despesas privadas* e que, por conseguinte, sustentam um operário em vez de outro, mas não acrescentam nada à classe operária como um todo. A vossa argumentação está muito na moda, mas é demasiado absurda para que a razão deixe de ter razão.

V. Obras públicas

Nada é mais natural para uma nação do que, estando assegurada a utilidade de uma grande obra para a comunidade em geral, levar a cabo a sua construção através de uma contribuição comum. Mas confesso que perco a paciência quando ouço justificarem o apoio a tal decisão com o seguinte equívoco económico: «É, além disso, um meio de criar emprego para os operários.»

O Estado faz uma estrada, constrói um palácio, repara uma rua, abre um canal; com isso, dá emprego a certos operários: *é o que se vê*; porém, impede o emprego de outros: *é o que não se vê*.

Imaginemos uma estrada em construção. Mil operários chegam todas as manhãs, partem todas as tardes e levam o seu salário; isto é certo. Se não se tivesse decretado a construção da estrada, se os recursos não tivessem sido aprovados, essas valentes pessoas não teriam encontrado nem esta oportunidade de emprego nem este salário; isto é certo também.

Mas será tudo? A operação, no seu conjunto, não envolverá algo mais? No momento em que o Sr. Dupin pronuncia as sagradas palavras «aprovado pela Assembleia», será que os milhões de francos descem miraculosamente num raio lunar para os cofres do Sr. Fould e do Sr. Bineau⁽¹⁰⁾? Para que este processo fique completo,

⁽¹⁰⁾ Charles Dupin (1784-1873), famoso matemático e engenheiro francês, com carreira política enquanto deputado e senador. Achille Fould (1800-1867), político e banqueiro francês, exerceu por diversas vezes cargos de política financeira em

não terá o Estado de planear a sua receita, tal como fez com a sua despesa? E de meter os seus fiscais a cobrar e os seus contribuintes a contribuir?

Portanto, estudai a questão nos seus dois elementos. Ao constatar o destino que o Estado dá aos milhões aprovados pela Assembleia, não vos esqueceis de constatar o destino que os contribuintes dariam – e já não poderão dar – a esses mesmos milhões. Então, compreenderéis que uma obra pública é uma moeda de duas faces. De um lado, está um operário a trabalhar, com a seguinte divisa: *o que se vê*; do outro, está um operário desempregado, com a seguinte divisa: *o que não se vê*.

O sofisma que combato neste ensaio é ainda mais perigoso quando aplicado às obras públicas, porque serve para justificar os projectos e as prodigalidades mais estapafúrdios. Quando um caminho-de-ferro ou uma ponte têm uma verdadeira utilidade, basta que a invoquemos. Porém, se tal não é possível, o que se faz? Recorre-se à seguinte mistificação: «É preciso arranjar obras para os operários».

É com base nisso que se mandam fazer e desfazer os canteiros do Champ-de-Mars. O grande Napoleão, pelo que se diz, julgava-se um filantropo por mandar abrir e voltar a fechar as valas. Também ele dizia: «Que importa o resultado? O que interessa é distribuir a riqueza pelas classes trabalhadoras.»

Tentemos chegar ao fundo da questão. O dinheiro ilude-nos. Pedir uma contribuição a todos os cidadãos,

França. Jean Martial Bineau (1805-1855), engenheiro e político, ministro das Finanças e das Obras Públicas. (*N. do Org.*)

para uma obra comum, na forma de dinheiro, corresponde, na realidade, a pedir-lhes uma contribuição em espécie, pois cada um deles obtém pelo trabalho a verba que lhe será taxada. Ora, se se recrutassem os cidadãos para os mandar construir, com os seus serviços, uma obra útil a toda a comunidade, isso seria compreensível; a sua retribuição estaria nos resultados da própria obra. Mas se, depois de os convocar, lhes fosse pedido que construíssem estradas nas quais ninguém passará, palácios onde ninguém viverá, somente com o pretexto de lhes arranjar trabalho, então isso já seria absurdo e eles teriam razão ao protestar que para esse trabalho não tinham nada a contribuir e que, nesse caso, preferiam trabalhar por conta própria.

O procedimento que visa taxar os cidadãos em dinheiro e não em trabalho em nada altera estes resultados universais. Simplesmente, se a contribuição se efectuasse em trabalho, a perda repartir-se-ia por todos; quando se efectua em dinheiro, aqueles que o Estado emprega escapam à sua parte da perda, acrescentando-a à que os seus compatriotas se vêem já obrigados a suportar.

Há um artigo na Constituição que dispõe:

«A Sociedade favorece e encoraja o desenvolvimento do trabalho (...) implementando, através do Estado, das províncias e dos municípios, as obras públicas necessárias para empregar os braços desocupados.»⁽¹¹⁾

⁽¹¹⁾ Artigo 13.º da Constituição Francesa de 1848, disponível em <https://www.conseil-constitutionnel.fr/les-constitutions-dans-1-histoire/constitution-de-1848-iiie-republique> (*N. do Org.*)

Como medida temporária, em tempos de crise, durante um inverno rigoroso, esta intervenção do contribuinte até pode trazer bons resultados. É uma medida que age no mesmo sentido que os seguros. Não acrescenta nada ao emprego nem aos salários, mas retira-lhes algum fulgor em tempos de relativa normalidade, para lho devolver, com perda, é verdade, nas épocas difíceis.

Como medida permanente, generalizada, sistemática, não passa de uma mistificação ruínosa, uma impossibilidade, uma contradição que mostra um pouco de trabalho estimulado, *que se vê*, enquanto esconde muito trabalho obstruído, *que não se vê*.

VI. Os intermediários

A Sociedade é constituída pelo conjunto dos serviços que os homens prestam uns aos outros, quer obrigatória quer voluntariamente; ou seja, *serviços públicos* e *serviços privados*.

Os primeiros, sendo impostos e regulados pela Lei, que nem sempre é tão fácil de alterar quanto seria desejável, conseguem graças a ela sobreviver durante muito tempo, para sua própria utilidade, e ainda assim conservar o nome de *serviços públicos*, mesmo quando já não passam de embaraços públicos. Os segundos são do domínio da vontade, da responsabilidade individual. Cada um presta e recebe o serviço que quer, e o que pode, após debate negocial. Existe sempre, relativamente a eles, uma presunção

de utilidade real, precisamente medida pelo seu valor comparativo.

É por isso que aqueles são quase sempre caracterizados pela estagnação, enquanto estes obedecem à lei do progresso.

Ainda que um desenvolvimento exagerado dos serviços públicos, pelo desperdício de forças que representa, tenda a constituir, no seio da Sociedade, um parasitismo funesto, não deixa de ser peculiar que várias seitas modernas, atribuindo esse mesmo carácter aos serviços livres e privados, procurem transformar as profissões em funções.

Estas seitas opõem-se vigorosamente ao que têm vindo a chamar *intermediários*. Por sua vontade, suprimiam o capitalista, o banqueiro, o especulador, o empresário, o comerciante e o negociante, acusando-os de se interporem entre a produção e o consumo, a fim de os extorquirem a ambos, sem lhes aportarem qualquer valor. Ou então, propõem que sejam transferidas para o Estado as tarefas exercidas por esses agentes, na medida em que as mesmas não possam ser suprimidas.

O sofisma dos socialistas relativamente a este assunto consiste em mostrar ao público o que este paga aos *intermediários* pelos seus serviços, mas esconder-lhe o que seria então necessário pagar ao Estado. Resume-se sempre à eterna luta entre o que se mostra aos olhos e o que apenas se revela à mente, entre *o que se vê* e *o que não se vê*.

Foi, sobretudo, em 1847, e por ocasião da escassez, que as escolas socialistas tentaram e conseguiram

popularizar a sua funesta teoria. Bem sabiam que a mais absurda das propagandas encontra sempre muitas oportunidades de sucesso junto dos homens em sofrimento; *malesuada fames*⁽¹²⁾.

Assim, com a ajuda de expressões grandiosas como «exploração do homem pelo homem», «usurpação», «aproveitamento da fome dos outros», essas escolas começaram a denegrir o comércio e a deitar um véu sobre os seus benefícios.

«Porquê – diziam elas – deixar aos negociantes a tarefa de importar mantimentos dos Estados Unidos e da Crimeia? Porque é que o Estado, as províncias, os municípios não organizam um serviço de abastecimento e lojas de reserva? Os bens seriam vendidos ao *preço de custo*, e o Povo, o pobre Povo, seria libertado do tributo que paga ao livre comércio, ou seja, ao comércio egoísta, individualista e anárquico.»

O tributo que o Povo paga ao comércio é o que se vê. O tributo que o Povo pagaria ao Estado ou aos seus agentes, no sistema socialista, é o que não se vê. Mas em que consiste esse pretensso tributo que o Povo paga ao comércio? No seguinte: no facto de dois homens, livre e reciprocamente, prestarem serviços um ao outro, sujeitos à pressão da concorrência e ao escrutínio de preços. Quando o estômago que tem fome está em Paris e o trigo que o pode satisfazer está em Odessa, o sofrimento só acaba quando

(12) «A fome é má conselheira» (Virgílio, *Eneida*, VI, 276).
(N. do Org.)

esse trigo chega àquele estômago. Há três maneiras de fazer com que isto aconteça:

1.º Os homens esfomeados podem ir buscar eles mesmos o trigo;

2.º Podem pedir a outros que lhes façam esse serviço; ou

3.º Podem pagar um imposto e encarregar os funcionários públicos de realizarem a operação.

Destas três alternativas, qual é a mais vantajosa?

Em todas as épocas e em todos os países – e quanto mais livres, mais esclarecidos, mais experimentados tenham sido – os homens sempre escolheram *voluntariamente* a segunda. Confesso que, aos meus olhos, esta constatação basta para que se dê o benefício da dúvida a esta alternativa. O meu espírito recusa-se a admitir que a Humanidade se engane tão generalizadamente num tema que lhe é tão próximo.

Contudo, analisemos.

Que 36 milhões de cidadãos partam para Odessa em busca do trigo de que precisam é evidentemente inexequível – o primeiro método não vale nada. Os consumidores não podem agir por si próprios; têm de recorrer a *intermediários*, sejam eles funcionários públicos ou negociantes.

Ainda assim, devemos notar que esse primeiro método seria o mais natural. Afinal de contas, cabe a quem tem fome ir buscar o seu trigo. É um *encargo* que a si diz respeito; é um serviço que presta a si mesmo. Se outra pessoa, seja por que razão for, lhe prestar esse *serviço* e tiver esse encargo por ele, essa pessoa tem direito a uma compensação.

Digo isto precisamente para constatar que o serviço do intermediário traz em si mesmo o princípio da remuneração. Já que, portanto, será preciso recorrer ao que os socialistas chamam parasita, qual é o parasita menos exigente: o negociante ou o funcionário?

O comércio (e eu suponho-o livre, pois de outra forma não poderia raciocinar), o comércio, dizia eu, é levado, por interesse, a estudar as estações, a verificar dia a dia o estado das colheitas, a receber informações de todos os pontos do globo, a prever as necessidades, a precaver-se de antemão. O comércio tem navios preparados, correspondentes por toda parte, e o seu interesse imediato é comprar ao melhor preço possível, economizar em todos os detalhes da operação, e atingir os maiores resultados com os menores esforços. Não são só os negociantes franceses, mas os do mundo inteiro que se ocupam do aprovisionamento de França para os dias de necessidade. E se o interesse os leva inevitavelmente a cumprir a sua tarefa ao menor custo, a concorrência que promovem entre si leva-os não menos inevitavelmente a beneficiar os consumidores com todas as economias realizadas. Recebido o trigo, o comércio tem interesse em vendê-lo o mais rapidamente possível, de modo a conter os seus riscos, recuperar os seus fundos e recomeçar a operação, se para tal houver margem. Orientado pela comparação dos preços, o comércio distribui os alimentos por todo o país, começando sempre pelo ponto mais caro, isto é, onde a necessidade mais se faz sentir. Portanto, não é possível imaginar-se uma organização mais bem calculada no interesse daqueles

que têm fome. E a beleza dessa organização, de que os socialistas não se apercebem, resulta precisamente do facto de ser livre. Na verdade, o consumidor é obrigado a reembolsar o comércio pelos seus gastos com o transporte, a estiva, a armazenagem, a comissão, etc.; mas em que sistema não seria necessário que quem consome o trigo reembolsasse os gastos necessários para lho entregar? Há ainda que pagar a remuneração do *serviço prestado*; mas, quanto ao seu preço, este é reduzido ao *mínimo* possível pela concorrência; quanto à sua justiça, seria estranho se os artesãos de Paris não trabalhassem para os negociantes de Marselha, quando os negociantes de Marselha trabalham para os artesãos de Paris.

O que aconteceria se, realizando a invenção socialista, o Estado se substituísse ao comércio? Peço que me indiquem onde é que, para o público, estaria a economia. Seria no preço de compra? Mas imagine-se os delegados dos 40 mil municípios a chegar a Odessa num certo dia de necessidade. Bem podemos imaginar o efeito disso nos preços! Seria nos gastos com o transporte? Porventura seriam necessários menos navios, menos marinheiros, menos estivadores, menos armazenamentos, ou será que não haveria necessidade de se pagar essas coisas? Seria no lucro dos negociantes? Mas será que os vossos delegados e funcionários irão de borla até Odessa? Será que viajarão e trabalharão por fraternidade? Não precisam de sustento? Não precisam que o seu tempo lhes seja pago? E credes vós que isso não ultrapassará mil vezes os 2 ou 3 % que ganha o negociante, taxa essa que ele está disposto a aceitar?

E, a seguir, pensai na dificuldade de cobrar tantos impostos, de repartir tantos alimentos. Pensai nas injustiças, nos abusos inerentes a tal empreendimento. Pensai na responsabilidade que pesaria sobre o Governo.

Os socialistas que inventaram essas loucuras e que, nos dias de infortúnio, as incutem nos ouvidos das massas, intitulam-se livremente *homens avançados*, e não é sem qualquer perigo que o hábito, esse tirano das línguas, ratifica esse título e o julgamento que ele implica. *Avançados!* Isto pressupõe que esses senhores vêm mais longe do que o vulgo; que o seu único defeito é o de estarem muito à frente do seu século; e que, se ainda não chegou o momento de se abolirem certos serviços livres, considerados parasitas, a culpa é do público, que está atrasado em relação ao Socialismo. No meu espírito e na minha consciência, trata-se precisamente do contrário. E não sei a que século bárbaro seria preciso retornar para encontrar, neste assunto, o nível do conhecimento socialista.

Os sectários modernos comparam incessantemente a associação à sociedade actual. Mas não percebem que a Sociedade, num regime de Liberdade, é uma associação espontânea bem superior a todas aquelas que saem da sua fecunda imaginação.

Elucidemo-lo com um exemplo:

Para que um homem, ao acordar, possa vestir-se, é preciso que um pedaço de terra tenha sido cercado, limpo, humedecido, trabalhado e semeado com um certo tipo de vegetal. É preciso que rebanhos tenham sido alimentados e que tenham dado a sua lã, que essa

lã tenha sido fiada, trançada, tingida, convertida em tecido; que esse tecido tenha sido cortado, cosido, moldado numa peça de roupa. E esta série de operações implica umas tantas outras, pois supõe a utilização de alfaias, estábulos, fábricas, carvão, máquinas, viaturas, etc.

Se a Sociedade não fosse uma verdadeira associação, quem se quisesse vestir teria de trabalhar em isolamento, isto é, teria de realizar ele mesmo as inúmeras tarefas desta série, desde a primeira enxadada que a inicia até ao último ponto de agulha que a termina.

Mas, graças à sociabilidade, que é o carácter distintivo da nossa espécie, essas operações foram distribuídas por uma multidão de trabalhadores, e cada vez mais se subdividem em prol do bem comum, até ao ponto em que, tornando-se o consumo mais activo, um acto especializado poderá sustentar uma nova indústria. Vem então a repartição do produto, que se opera segundo a proporção de valor que cada um aportou à obra completa. Se isto não é associação, então eu pergunto o que será.

Notai que nenhum dos trabalhadores tirou do vazio qualquer partícula de matéria; todos se juntaram para se servirem reciprocamente, com um objectivo comum. E todos podem ser considerados, uns em relação aos outros, *intermediários*. Se, por exemplo, no decorrer da operação, o transporte se torna suficientemente importante para ocupar uma pessoa, a fiação uma segunda, o tear uma terceira, porque é que a primeira há-de ser considerada mais

parasita do que as outras duas? Não é preciso que o transporte se faça? Aquele que o faz não disponibiliza parte do seu tempo e do seu esforço? Não o poupa aos seus associados? Farão estes algo mais do que ele? Não se submetem todos de igual forma à remuneração, ou seja, à repartição do produto, à lei do *preço de mercado*? Não é em total liberdade, e com vista ao bem comum, que essa divisão do trabalho é levada a cabo e esses acordos são feitos? Nesse caso, porque havíamos de precisar que um socialista, com o pretexto da organização, venha despoticamente impedir o nosso comércio e a nossa a divisão do trabalho, substituir os esforços conjuntos por esforços isolados e provocar um retrocesso da civilização? Será que esta associação que vos descrevo é menos do que as outras só porque cada um dos seus membros pode livremente entrar e sair, escolher o seu lugar, avaliar e negociar os seus preços por sua conta e risco, e contribuir com o engenho e a garantia do interesse pessoal? Para que mereça chamar-se associação, será necessário que um pretense reformista nos venha impor a sua receita e a sua vontade, e concentrar, por assim dizer, a Humanidade em si mesmo?

Quanto mais examinamos estas *escolas avançadas*, mais convencidos ficamos de que, no fundo, se resumem ao seguinte: a ignorância proclamando-se infalível e reclamando para si o despotismo, em nome dessa infalibilidade.

Que o leitor nos queira desculpar esta digressão. Talvez ela até não seja inútil, no momento em que, tendo escapado dos livros saint-simonianos, falansterianos

e icarianos⁽¹³⁾, as declamações contra os intermediários invadem o jornalismo e a tribuna, ameaçando seriamente a liberdade do trabalho e das transações.

VII. Interdição

O Sr. Prohibant⁽¹⁴⁾ (não fui eu quem lhe arranhou esse nome, mas sim o Sr. Charles Dupin, que desde aí... só que então...^[15]) costumava investir o seu tempo e os seus capitais a converter em ferro os minerais das suas terras. Como a natureza foi mais pródiga para com os belgas, estes ofereciam ferro aos franceses por um preço mais interessante que o Sr. Prohibant, o que significa que todos os franceses, ou a França, podiam obter uma dada quantidade

(13) Neste trecho, Bastiat refere-se i) a Claude Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon (1760-1825), histórico fundador do socialismo francês; ii) aos falanstérios, ou «falanges monásticas», propostos por Marie Charles Fourier (1772-1837), no seu jornal *Le Phalanstère*, numa tentativa de organizar um sistema socialista; e iii) a *Viagem a Icaria* (*Voyage en Icarie*), romance utópico, escrito por Etienne Cabet (1788-1856), inventor do termo «comunismo». (N. do Org.)

(14) Apelido sarcástico com referência óbvia à proibição e ao proteccionismo. (N. do Org.)

(15) «*Qui depuis... mais alors...*», referência feita por Bastiat a um verso do poema *La Henriade*, de Voltaire, notando que Charles Dupin (ver nota 10, acima), no início da sua carreira, havia criticado o proteccionismo, mas que, mais adiante, acabou por se tornar numa das suas principais referências. (N. do Org.)

de ferro *com menos trabalho*, caso o comprassem aos honestos flamengos. Assim, movidos pelo seu interesse, os franceses não faziam cerimônia: todos os dias se viam multidões de comerciantes, ferreiros, lanterneiros, mecânicos e trabalhadores partirem, por conta própria ou através de intermediários, para se abastecerem na Bélgica. Ora, isso desagradou bastante ao Sr. Prohibant.

Primeiro, ocorreu-lhe a ideia de impedir esse abuso pelas suas próprias forças. Isso era o mínimo, pois ele era o único prejudicado. Pensou: «Pego na minha carabina, ponho quatro pistolas à cintura, munições na cartucheira, pego na minha espada e, assim, todo equipado, vou para a fronteira. Chegando lá, o primeiro ferreiro, mecânico ou chaveiro que ali aparecer, para fazer o seu negócio e não o meu, mato-o, para que aprenda a viver.»

No momento de partir, o Sr. Prohibant não conseguiu evitar que algumas reflexões lhe esfriassem um pouco este ânimo belicoso. Pensou assim: «Não é absolutamente impossível que os compradores de ferro, meus compatriotas e inimigos, aceitem mal a coisa, e que em vez de se deixarem matar, eles me matem a mim. Além disso, mesmo que mobilize todos os meus empregados, nunca conseguiríamos vigiar todas as passagens. Enfim, este procedimento ainda me vai sair bastante caro; mais caro do que me poderia render.»

O Sr. Prohibant já se ia tristemente habituando à ideia de ser tão livre como os outros, quando um feixe luminoso lhe veio iluminar o cérebro. Lembrou-se

que, em Paris, existe uma grande fábrica de leis. «O que é uma lei?» – interrogou-se. «É uma medida que, quer seja boa ou má, uma vez promulgada, deverá ser respeitada por toda a gente. Para executar a dita lei, organiza-se uma força pública e, para constituir essa dita força pública, convocam-se por toda a Nação homens e dinheiro.

«Se portanto eu conseguisse que dessa grande fábrica parisiense saísse uma pequena lei: “O ferro belga está proibido”, obteria os seguintes resultados: o Governo mandaria substituir os poucos empregados que posso enviar para a fronteira por 20 mil filhos desses meus ferreiros, serralheiros, artesãos, mecânicos e operários recalcitrantes; depois, para manter esses 20 mil fiscais aduaneiros em bom estado de espírito e de saúde, ser-lhes-iam distribuídos 25 milhões de francos retirados aos próprios ferreiros, serralheiros, artesãos e trabalhadores. A vigilância seria assim mais bem feita; a mim não me custaria nada e não ficaria exposto à brutalidade dos sucateiros. Eu venderia o ferro ao meu preço e poderia gozar do doce prazer de ver o nosso grande povo embaraçosamente confundido. Com base nisto, proclamar-se-ia continuamente o precursor e promotor de todo progresso existente na Europa. Oh! Quão audaz seria esta jogada, que bem merece ser experimentada.»

E lá se dirigiu o Sr. Prohibant à fábrica de leis. – Noutra ocasião, talvez vos possa contar a história das suas manobras de bastidores; por hoje, vou apenas falar-vos das suas jogadas ostensivas. – Dirigindo-se aos Srs. Legisladores, fez valer as seguintes considerações:

«O ferro belga vende-se em França por 10 francos, o que me obriga a vender o meu pelo mesmo preço. Era minha intenção comercializá-lo a 15 e não posso, por causa desse ferro belga; Deus o amaldiçoe. Fabriquem uma lei que diga: ‘O ferro belga não entrará mais em França’. Dessa forma, conseguirei aumentar em cinco francos o meu preço, e vejam as consequências:

»Por cada quintal⁽¹⁶⁾ de ferro que eu entregar ao público, em vez de receber 10 francos, receberei 15. Desse modo, enriquecerei mais rapidamente, expandirei o meu negócio e empregarei mais trabalhadores. Eu e os meus empregados gastaremos mais dinheiro, para grande vantagem dos nossos fornecedores, tanto os próximos como os afastados. Estes fornecedores, aumentando as suas vendas, farão mais encomendas à indústria e, progressivamente, a actividade abrangerá todo o País. Essa preciosa moeda de 100 soldos que os Srs. farão cair no meu cofre, como uma pedra atirada a um lago, fará irradiar até bem longe um número infinito de círculos concêntricos.»

Encantados com este discurso e com a ideia de que é tão fácil aumentar legislativamente a riqueza de um povo, os fabricantes de leis aprovaram a Interdição. «Para que se fala de trabalho e economia?» – diziam eles. «Porquê usar meios tão penosos para aumentar a riqueza nacional, quando um simples decreto é suficiente?»

E, de facto, a lei produziu todas as consequências anunciadas pelo Sr. Prohibant. Só que produziu outras

(16) Antiga unidade de peso, equivalente a quatro arrobas, ou seja, 58,758 kg. (*N. do Org.*)

também, pois, justiça lhe seja feita, ele não apresentou um raciocínio *falso*, mas sim um raciocínio *incompleto*. Ao reclamar um privilégio, o Sr. Prohibant assinou os efeitos que *se vêem*, deixando na sombra os que *não se vêem*. Mostrou apenas dois personagens, quando existem três em cena. Cabe-nos a nós corrigir esta omissão involuntária ou premeditada.

Sim, a verba direccionada por este meio legislativo para o cofre do Sr. Prohibant representa uma vantagem para ele e para aqueles cujo trabalho ele encorajará. E se o decreto tivesse feito esta verba descer da Lua, tais efeitos positivos não seriam contrabalançados por nenhum efeito nefasto⁽¹⁷⁾. Infelizmente, não

⁽¹⁷⁾ Neste caso, Bastiat não menciona a subida de preços que eventualmente resultaria de um aumento substancial da quantidade de moeda disponível. Na medida em que a moeda caída do céu não seria distribuída uniformemente pela população antes de ser gasta, alguns cidadãos sairiam beneficiados em detrimento de outros, que só veriam os seus rendimentos aumentar quando os preços de toda a economia já tivessem subido. Ou seja, como se costuma dizer, «não há almoços grátis».

Este pequeno lapso de Bastiat confirma, de certo modo, as considerações feitas por Hayek na parte final da sua introdução ao presente ensaio. Contudo, devemos alertar o leitor para que não retire conclusões precipitadas quanto a uma hipotética ingenuidade de Bastiat a respeito de matérias relacionadas com a moeda. Veja-se o seu ensaio *Maudit Argent!*, publicado em conjunto com *L'État* (citado na Parte I), e traduzido como *What is Money?*, em http://bastiat.org/en/what_is_money.html.

De facto, seria surpreendente se tais problemáticas tivessem escapado a Bastiat. A sugestão de que existe uma relação entre a quantidade de moeda em circulação e o nível geral

é da Lua que cai esta misteriosa moeda de cem soldos, mas sim do bolso do ferreiro, do lanterneiro, do trabalhador, do construtor, numa palavra, de Jacques Bonhomme, que a entrega hoje sem com isso receber qualquer miligrama adicional de ferro (face à época em que pagava 10 francos). À primeira vista, devemos compreender como este facto altera o problema, visto que, como resulta evidente, o *lucro* do Sr. Prohibant é compensado pelo *prejuízo* de Jacques Bonhomme

dos preços ('teoria quantitativa da moeda') remonta aos escritos de Nicolau Copérnico, Jean Bodin e Martin Azpilcueta ('Doutor Navarro'), no século XVI, ao passo que a análise da sequência de efeitos distorcivos e redistributivos resultantes do aumento dos meios de pagamento disponíveis foi pela primeira vez esboçada por Richard Cantillon (1680-1734), em meados do século XVIII, no seu *Ensaio sobre o Comércio*, que chegou a atingir alguma popularidade, em especial na Europa continental, antes da ascensão de Adam Smith, sendo, desde a sua redescoberta por W. S. Jevons no fim do século XIX, considerado por muitos como o primeiro tratado geral de economia alguma vez escrito. Ainda assim, a este respeito, será importante não esquecer a advertência em tempos feita por Hayek, também ele, como já tivemos oportunidade de notar, um reputado e influente estudioso dos fenómenos monetários: «Uma das piores coisas que nos podia acontecer era deixarmos que Humanidade voltasse a ignorar a 'teoria quantitativa da moeda'. Pior do que isso, só mesmo deixarmos que tentasse aplicá-la literalmente.»

Para uma análise simplificada do problema da inflação no contexto do presente ensaio, veja-se Henry Hazlitt, «A miragem da inflação» em *A Economia numa Lição*, pp. 178-191 (Actual Editora, 2014). (N. do Org.)

e tudo o que o Sr. Prohibant possa fazer com este dinheiro para encorajar o emprego nacional, também Jacques Bonhomme o teria feito. A pedra só caiu num certo ponto do lago porque foi impedida, legislativamente, de o fazer em qualquer outro.

Portanto, o que *não se vê* compensa o que *se vê*; pelo que, até agora, como desiderato desta operação, sobra apenas uma injustiça, que, coisa deplorável!, foi perpetrada pela Lei.

Isto não é tudo. Eu disse que se deixava sempre na sombra um terceiro personagem. É preciso que eu o faça aqui aparecer, a fim de que ele nos revele um *segundo prejuízo* de cinco francos. Só aí teremos o resultado de todo o exercício.

Jacques Bonhomme é dono de 15 francos, fruto do seu suor. Estamos ainda na época em que ele é livre. O que é que ele faz com os seus 15 francos? Compra um artigo de moda por 10 francos e é com esse artigo de moda que paga (ou algum intermediário o faz por ele) o quintal de ferro belga. Ainda restam a Jacques Bonhomme cinco francos. Ele não os vai atirar para o rio, mas sim (e isto é *o que não se vê*) entregá-los a um qualquer industrial em troca de um qualquer prazer – por exemplo a um livreiro, em troca do *Discurso sobre a História Universal*, de Bossuet.

Assim, no que concerne ao *emprego nacional*, o mesmo é encorajado em 15 francos, a saber:

- i) 10 francos que vão para a modista de Paris; e
- ii) 5 francos que vão para a livraria.

Já quanto a Jacques Bonhomme, obteve com os seus 15 francos dois objectos para sua satisfação, a saber:

- 1) 1 quintal de ferro; e
- 2) 1 livro.

Entra em vigor o decreto.

Em que condição fica Jacques Bonhomme? O que acontece ao emprego nacional?

Ao gastar, até ao último centavo, os seus 15 francos com o Sr. Prohibant, em troca de um quintal de ferro, Jacques Bonhomme obtém apenas a satisfação proporcionada por esse quintal de ferro, perdendo a satisfação de um livro ou de qualquer outro objecto equivalente. Perde cinco francos. Nisto estamos de acordo; e não poderíamos deixar de estar; não poderíamos deixar de concordar que, quando a interdição aumenta o preço das coisas, o consumidor perde a diferença.

Dizem por aí, contudo, que emprego nacional ganhará essa mesma diferença.

Não, não a ganhará; pois desde que o decreto foi promulgado, o emprego não é mais encorajado do que já o era anteriormente, na medida de 15 francos.

Simplesmente, após a entrada em vigor do decreto, os 15 francos de Jacques Bonhomme vão para a metalurgia, enquanto antes eram repartidos entre a modista e a livraria.

Tanto a violência que o Sr. Prohibant promove na fronteira por sua conta como a que seria promovida pela Lei podem ser julgadas muito diferentemente de

um ponto de vista moral. Há quem ache que a espoliação perde toda a sua imoralidade desde que seja legal. Quanto a mim, não poderia imaginar uma circunstância mais agravante⁽¹⁸⁾. Seja como for, o que é certo é que os resultados económicos são os mesmos.

Colocai a coisa como quiserdes, mas se os vossos olhos forem sensatos, sabereis ver que nada de bom resulta da espoliação, seja ela legal ou ilegal. Não negamos que dela resulta, para o Sr. Prohibant, ou para a sua indústria, ou, se se quiser, para o emprego nacional, um lucro de 5 francos. Contudo, afirmamos que dela resultam também dois prejuízos: um para Jacques Bonhomme, que paga 15 francos pelo que obtinha por 10; e outro para o emprego nacional, que já não recebe a diferença. Escolhei um dos dois prejuízos, conforme vos aprouver, para compensar o lucro que acima descrevemos. Em todo o caso, o prejuízo que sobrar representará sempre uma perda líquida.

Moral da história: agredir não é produzir, é destruir. Oh! se agredir fosse produzir, a nossa França seria mais rica do que é.

VIII. As máquinas

«Malditas sejam as máquinas! A cada ano que passa, o seu poder progressivo condena à pobreza milhões de operários, tirando-lhes o trabalho e, com este, o salário, e com o salário, o pão! Malditas sejam as máquinas!»

⁽¹⁸⁾ Ver o ensaio *A Lei*, na parte IV deste livro. (*N. do Org.*)

Eis o grito que se levanta do preconceito popular e cujos ecos ressoam nos jornais.

Mas maldizer as máquinas é maldizer o espírito humano!

O que me deixa perplexo é saber que há quem não sinta inquietação ao adoptar tal doutrina.

É que, enfim, se ela corresponder à verdade, quais seriam as suas rigorosas consequências? Seriam que não existe actividade, bem-estar, riqueza ou felicidade possíveis, a não ser para aqueles povos estúpidos, marcados pela inércia mental, aos quais Deus não concedeu esse dom funesto de pensar, de observar, de combinar, de inventar, de obter os maiores resultados com os recursos mais escassos. Pelo contrário, os trapos, as cabanas ignóbeis, a pobreza e a estagnação são o destino inevitável de qualquer nação que procure e encontre no ferro, no fogo, no vento, na electricidade, no magnetismo, nas leis da química e da mecânica, numa palavra, nas forças da natureza, um suplemento às suas próprias forças. É bem caso para afirmar, como Rousseau, que «todo o homem que pensa é um animal depravado».

E isto não é tudo: se esta doutrina corresponder à verdade, na medida em que todos os homens pensam, inventam e, na verdade, todos eles, do primeiro ao último, e em cada minuto da sua existência, procuram fazer cooperar as forças naturais, fazer mais com menos, reduzir ou a sua mão-de-obra ou aquela a quem eles pagam para alcançar a maior soma possível de satisfações com a menor soma possível de trabalho, só poderemos concluir que toda a Humanidade

se encaminha para a decadência, precisamente por causa desta ambição intelectual pelo progresso que atormenta cada um dos seus membros.

Desde logo, dever-se-ia constatar, estatisticamente, que os habitantes de Lancaster, fugindo desse mundo dominado pelas máquinas que é o seu país, vão procurar trabalho na Irlanda, onde elas ainda são desconhecidas. E dever-se-ia constatar também, historicamente, que a barbárie assombra as épocas de civilização e que a civilização brilha nas épocas de ignorância e de barbárie.

Evidentemente, há nesta amálgama de contradições algo que choca e nos adverte que a solução para o problema reside num elemento ainda não devidamente elucidado.

Eis todo o mistério: por detrás *do que se vê*, reside *o que não se vê*. Tentarei deitar-lhe luz, ainda que a minha demonstração tenha de consistir numa repetição das anteriores, visto que se trata de um problema idêntico.

É uma tendência natural dos homens, a menos que sejam impedidos pela força, procurar um *bom negócio* – isto é, procurar algo que, por uma satisfação igual, lhes poupe trabalho – ainda que esse bom negócio lhes seja proposto por um habilidoso *produtor estrangeiro* ou por um habilidoso *produtor de maquinarias*. A objecção teórica que se dirige a essa tendência é a mesma nos dois casos. Tanto num como no outro, o que se critica nessa tendência é o facto de ela aparentemente provocar a paralisação do trabalho. Ora, é precisamente o facto de o trabalho se tornar *disponível*, mas não *paralisado*, que determina essa tendência.

E é por isso que lhe é dirigido também, em ambos os casos, o mesmo obstáculo prático: a força. O legislador *interdita* a concorrência estrangeira e *proíbe* a concorrência mecânica – pois que outro meio poderia existir para se impedir uma tendência natural a todos os homens senão o de lhes retirar a liberdade?

É verdade que, em diversos países, o legislador apenas atinge uma dessas concorrências, limitando-se a lamentar a existência da outra. Mas isso só prova uma coisa: que nesse país o legislador é incoerente.

E isso não nos devia surpreender. Quando se trilha um caminho errado, é-se sempre incoerente – caso contrário, a Humanidade já teria morrido. Jamais se viu ou se verá um princípio falso ser levado até às suas conclusões. Já afirmei, aliás, que a incoerência é o limite do absurdo⁽¹⁹⁾. E poderia ainda acrescentar que ela é, ao mesmo tempo, a sua prova.

Voltemos à nossa demonstração; ela não será longa.

Jacques Bonhomme tinha dois francos, com os quais dava sustento a dois operários.

Mas eis que ele inventa um meio de, através de cordas e pesos, reduzir o trabalho para metade.

Assim, obtendo a mesma satisfação, consegue poupar um franco e dispensar um operário.

O despedimento de um operário é o que se vê.

⁽¹⁹⁾ Referência do autor às suas *Réflexions sur les pétitions de Bordeaux, Le Havre et Lyon, concernant les douanes* (1834). Confira-se o penúltimo parágrafo, disponível em http://bastiat.org/fr/reflexions_petitions_bordeaux.html. (N. do Org.)

E, não vendo mais do que isso, costuma dizer-se: «Eis como a civilização traz consigo a miséria, eis como a liberdade é fatal para a igualdade. A cada nova conquista do espírito humano, um novo operário é atirado para o abismo da pobreza. Pode dar-se o caso de Jacques Bonhomme continuar a empregar ambos os operários, mas agora não lhes vai pagar mais do que 10 soldos a cada um, já que a concorrência os fará oferecerem-se com desconto. É assim que os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres sempre mais pobres. É preciso refazer a Sociedade.»

Bela conclusão! Digna do seu exórdio.

Felizmente, quer o exórdio quer a conclusão são falsos, porque, por detrás da metade do fenómeno que *se vê*, existe a outra metade que *não se vê*.

Não se vê o franco poupado por Jacques Bonhomme, nem os efeitos que necessariamente resultam dessa poupança.

Já que, graças à sua invenção, Jacques Bonhomme passará a gastar apenas um franco com mão-de-obra, restar-lhe-á um outro franco para a procura de determinada satisfação.

Se, portanto, existe no mundo um operário que oferece os seus braços desempregados, existe também no mundo um capitalista que oferece o seu franco desempregado. Esses dois elementos encontram-se e combinam-se.

E está claro como a luz do dia que entre a oferta e a procura de mão-de-obra, entre a oferta e a procura de salário, a relação não mudou em nada.

A invenção e um operário, pago com o primeiro franco, fazem agora o trabalho que antes dois operários faziam.

O segundo operário, pago com o segundo franco, faz um novo trabalho.

O que mudou, então, no mundo? Há uma satisfação nacional adicional. Por outras palavras, a invenção é uma conquista gratuita, um proveito gratuito para a Humanidade.

Pelo rumo que dei à minha demonstração, poder-se-ia retirar a seguinte conclusão: «É o capitalista quem colhe todo o fruto das máquinas. A classe assalariada, ainda que apenas sofra temporariamente com a sua invenção, não tira delas qualquer proveito, pois conforme tu mesmo afirmas, as máquinas apenas *deslocam* uma parte do emprego nacional – sem o *diminuir*, é verdade, mas também sem o *aumentar*.»

Não faz parte do plano deste opúsculo responder a todas as objecções. O seu único objectivo é combater um preconceito vulgar, muito perigoso e muito difundido. Quero demonstrar que uma nova máquina não liberta um certo número de braços sem que liberte também, e *forçosamente*, o rendimento para os remunerar. Esses braços e esse rendimento combinam-se para produzir o que era impossível de produzir antes da invenção. Daí se retira que *a invenção tem como resultado definitivo um aumento das satisfações, para um mesmo volume de trabalho.*

Quem recolhe esse excedente de satisfações?

Quem? Em primeiro lugar, é o capitalista, o inventor, o primeiro a servir-se com sucesso da máquina,

e essa é a recompensa da sua genialidade e da sua audácia. Neste caso, como acabámos de ver, ele consegue uma economia nos seus custos de produção, a qual, não importa de que forma seja aplicada (e sê-lo-á sempre), ocupará justamente tantos braços quantos a máquina fez dispensar.

Mas, mal isso aconteça, a concorrência obriga-o a baixar o seu preço de venda, na medida dessa mesma economia. E então já não é o inventor quem colhe o benefício da invenção; é o comprador do produto, o consumidor, o público, nele incluídos os operários — em suma, a Humanidade.

E *o que não se vê* é que a poupança assim obtida por todos os consumidores forma um fundo onde o salário encontra um alimento, que substitui o que a máquina murchou.

Assim, retomando o exemplo acima, Jacques Bonhomme obtinha o seu produto gastando dois francos com salários. Graças à sua invenção, a mão-de-obra agora só lhe custa um franco.

Enquanto vender o produto ao mesmo preço, haverá menos um operário ocupado no fabrico desse produto em especial: é o que se vê. Mas há mais um operário ocupado pelo franco que Jacques Bonhomme economizou: é o que não se vê.

Quando, pela marcha natural das coisas, Jacques Bonhomme for levado a reduzir um franco no preço do produto, deixará de obter uma poupança; deixará de dispor de um franco para encomendar à mão-de-obra nacional uma produção nova. Mas, a este respeito, o seu cliente passa a assumir a sua posição,

e esse cliente é a Humanidade. Quem quer que compre o produto vai pagá-lo um franco mais barato, vai poupar esse franco e vai necessariamente manter essa poupança ao serviço do fundo de salários: é ainda *o que não se vê*.

Deu-se também a este problema das máquinas uma outra solução, baseada nos factos.

Dizia-se: «a máquina reduz os gastos de produção e faz baixar o preço do produto. A baixa do produto provoca um aumento do consumo, o qual torna necessário um aumento na produção e, finalmente, a intervenção de tantos ou mais trabalhadores após a invenção do que antes dela. Citemos, como exemplo, a impressão, a tecelagem, a imprensa, etc.»

Esta demonstração não é científica.

Levar-nos-ia a concluir que, se o consumo desse produto específico se mantivesse estável ou perto disso, então a máquina prejudicaria o emprego. Isso não é verdade.

Suponhamos que, num determinado país, todos os homens usam chapéu. Se, pelo emprego de uma máquina, se conseguir baixar o preço para metade, isso não significa *necessariamente* que se consumirá o dobro.

Dir-se-á, nesse caso, que uma parte dos trabalhadores nacionais foi deixada no desemprego? Sim, de acordo com a demonstração vulgar. Não, segundo a minha; pois ainda que neste país não se viesse a comprar qualquer chapéu adicional, todo o fundo de salários manter-se-ia intacto. O que não fosse canalizado para a indústria chapeleira seria recuperado na

poupança de todos os consumidores, e daí serviria para remunerar todo o trabalho que a máquina tornou inútil, provocando um novo desenvolvimento de todas as indústrias.

E é assim que as coisas acontecem. Eu vi os jornais a 80 francos, e agora estão a 48. É uma economia de 32 francos para os assinantes. Não é certo nem, muito menos, necessário que os 32 francos continuem a ser direccionados para a indústria do jornalista. Mas o que é certo, o que é necessário, é que, se não tomarem essa direcção, alguma outra tomarão. Um serve-se deles para receber mais jornais, outro para se alimentar melhor, um terceiro para se vestir melhor, um quarto para melhor mobilar a sua casa.

Deste modo, as indústrias são solidárias. Formam um vasto conjunto em que todas as partes comunicam por canais secretos. O que é economizado numa aproveita a todas. O que importa é compreender bem que as poupanças nunca, mas nunca!, ocorrem à custa do emprego e dos salários.

IX. O crédito

Ao longo de toda a História, mas sobretudo nos últimos anos, tem-se vindo a procurar universalizar a riqueza universalizando-se o crédito.

Creio não exagerar se disser que, desde a Revolução de Fevereiro, os jornais parisienses vomitaram mais de dez mil exemplares apresentando essa medida como a solução para 'o' *Problema Social*.

Tal solução, infelizmente, baseia-se numa autêntica ilusão de óptica, se é que uma ilusão pode servir de base a alguma coisa.

Começa-se por confundir numerário com produtos; depois, confunde-se papel-moeda com numerário; e é destes dois equívocos que se pretende extrair uma realidade.

É imprescindível que, nesta questão, esqueçamos o dinheiro, a moeda, as letras e os outros instrumentos através dos quais os produtos passam de mão em mão, e nos concentremos somente nos próprios produtos, que são a verdadeira matéria do empréstimo.

É que, quando um lavrador pede emprestados 50 francos para comprar uma charrua, não são, na verdade, os 50 francos que lhe emprestam, mas a própria charrua.

E quando um negociante pede emprestados vinte mil francos para comprar uma casa, não são vinte mil francos que ele fica a dever, mas sim a própria casa⁽²⁰⁾.

O dinheiro só aparece nessas transacções para facilitar o negócio entre as várias partes.

O Pierre pode não estar disposto a emprestar a sua charrua, ao passo que o Jacques pode, por sua vez, desejar emprestar o seu dinheiro. O que faz então o Guillaume? Pede emprestado o dinheiro do Jacques e, com esse dinheiro, compra a charrua do Pierre.

⁽²⁰⁾ Obviamente, neste caso, Bastiat desconsidera as questões jurídicas da hipoteca, focando-se somente no significado económico do empréstimo. (*N. do Org.*)

Mas, de facto, ninguém pede dinheiro emprestado pelo dinheiro em si mesmo. Pede-se dinheiro emprestado para chegar aos produtos.

Ora, em nenhum país do mundo se podem passar de mão em mão mais produtos do que aqueles que ali existem.

Qualquer que seja a soma de numerário e de papel em circulação, o conjunto dos mutuários não pode receber mais charruas, casas, utensílios, aprovisionamentos ou matérias-primas do que o conjunto dos credores possa fornecer.

Pois é preciso metermos na cabeça que todo o devedor pressupõe um credor, assim como todo o endividamento pressupõe um empréstimo. Posto isto, que utilidade terão as instituições de crédito? É a de facilitar, entre os devedores e os credores, um meio de se encontrarem e se entenderem. Mas o que não conseguem fazer é aumentar, de um momento para o outro, a quantidade de bens que se pede emprestados e que se empresta.

Contudo, para que o objectivo dos Reformadores fosse alcançado, era precisamente isso que devia acontecer, pois eles não aspiram a nada menos que colocar charruas, casas, ferramentas e matérias-primas nas mãos de todos os que as desejarem.

E do que se lembraram eles para alcançar esse feito?

Conceder ao empréstimo a garantia do Estado.

Aprofundemos este assunto, pois existe nele algo que *se vê* e algo que *não se vê*. Tentemos ver as duas coisas.

Imaginem que só existe uma charrua no mundo e que dois lavradores a desejam utilizar.

O Pierre é dono da única charrua disponível em França. O Jean e o Jacques desejam pedi-la emprestada. O Jean, pela sua honradez, pelas suas propriedades, pelo seu bom nome, oferece garantias. *Acredita-se* nele: ele tem *crédito*. O Jacques não inspira confiança, ou talvez inspire menos. Será natural que o Pierre empreste a sua charrua ao Jean.

Mas eis que, sob a inspiração socialista, o Estado intervém e diz ao Pierre: «Empresta a tua charrua ao Jacques, eu garanto-te o reembolso e essa garantia valerá mais do que a do Jean, pois este só conta consigo mesmo para responder por si, ao passo que eu, apesar de ser verdade que não tenho nada, disponho da fortuna de todos os contribuintes. É com o dinheiro destes que, em caso de necessidade, te pagarei o capital e os juros.»

Em consequência disso, o Pierre decide emprestar a sua charrua ao Jacques: *é o que se vê*.

Os socialistas esfregam as mãos, dizendo: «Vejam como o nosso plano deu certo! Graças à intervenção do Estado, o pobre Jacques tem uma charrua e já não se vê obrigado a trabalhar a terra com a enxada. Ei-lo no caminho da fortuna. É uma bonança para ele e um lucro para a Nação em geral.»

Não!, meus senhores, isso não é um lucro para a Nação, pois eis o que *não se vê*.

Não se vê que a charrua só foi para as mãos do Jacques porque não foi entregue ao Jean.

Não se vê que, se o Jacques trabalha a terra com a charrua em vez de a cavar com a enxada, o Jean, por sua vez, terá de usar a enxada em vez da charrua.

Que, por conseguinte, o que se considerou um *aumento* no volume de empréstimos não passa de um *desvio* dos mesmos.

Além disso, *não se vê* que esse desvio gera duas profundas injustiças.

Injustiça para com o Jean, que depois de ter merecido e conquistado tal *crédito* pela sua probidade e esforço, se vê impossibilitado de o obter.

Injustiça para com os contribuintes, sujeitos a terem de pagar uma dívida que não lhes diz respeito.

Poder-se-á sugerir que o Governo conceda também ao Jean as mesmas facilidades que concedeu ao Jacques? Mas como só há uma charrua disponível, nunca se poderão emprestar duas. O argumento retornará sempre à afirmação de que, graças à intervenção do Estado, haverá mais empréstimos do que capital para emprestar, pois a charrua representa, neste exemplo, a massa de capitais disponíveis.

É verdade que reduzi a operação à sua representação mais simplificada. Ainda assim, experimentem a mesma pedra-de-toque em instituições de crédito estatal mais complexas e convencer-se-ão de que estas não podem alcançar senão o seguinte resultado: o *desvio* do crédito e não o seu *aumento*. Num dado país e num determinado espaço de tempo, só existe uma certa quantidade de capital disponível, e toda será aplicada. Ao conceder garantia aos insolventes, o Estado pode, sem dúvida, aumentar o número de devedores potenciais, fazendo assim aumentar a taxa de juro (sempre em prejuízo do contribuinte), mas o que não pode fazer é aumentar o número dos credores e a importância total dos empréstimos.

Que não me imputem, contudo, uma conclusão que, Deus me livre, não é a minha. Eu digo que a Lei jamais deverá favorecer artificialmente os empréstimos; mas não digo que os deve obstruir artificialmente. Se existem no nosso sistema hipotecário, ou em qualquer outro, obstáculos à difusão e à aplicação do crédito, que se faça com que esses obstáculos desapareçam. Nada haverá de melhor nem de mais justo. Mas é só isso o que, com liberdade, devem exigir da Lei os Reformadores dignos desse nome.

X. A Argélia

Eis que vemos quatro oradores a disputar a tribuna. Começam por falar todos ao mesmo tempo, depois um de cada vez. O que disseram? Coisas muito bonitas, sem dúvida – sobre o poderio e a grandeza de França, sobre a necessidade de se semear para depois colher, sobre o futuro da nossa gigantesca colônia, sobre a vantagem de ir descarregar bem longe o *excedente* da nossa população, etc., etc. Magníficas peças de eloquência, sempre ornadas com a seguinte peroração:

«Votai (mais ou menos) cinquenta milhões para se construírem na Argélia portos e estradas, para se desmatarem os campos, para se levarem colonos para lá e construir as suas casas. Dessa forma, estareis aliviando o trabalhador francês e estimulando o emprego africano, fazendo ainda frutificar o comércio de Marselha. É tudo lucro.»

Sim, isto é verdade, se só se considerarem os tais cinquenta milhões a partir do momento em que o Estado os gasta; se só se olhar para onde vão e não de onde vêm; se só se levar em conta o bem que vão fazer ao deixarem os cofres do Tesouro e não o prejuízo que ocasionaram nem o bem que impediram ao serem para lá desviados. Sim, neste ponto de vista restrito, é tudo lucro. A casa construída na Berbéria é o que se vê. O porto aberto na Berbéria é o que se vê. O emprego ocasionado na Berbéria é o que se vê. Alguns braços a menos em França é o que se vê. Um grande movimento de negociantes em Marselha é o que constantemente se vê.

Mas há outra coisa *que não se vê*. É que os cinquenta milhões gastos pelo Estado já não podem ser gastos, como o seriam, pelo contribuinte. A todo o benefício atribuído à despesa pública efectuada deve também ser deduzido todo o prejuízo causado ao impedir-se a realização de despesa privada; a menos que se defenda que Jacques Bonhomme não tinha o que fazer com as moedas de cem soldos que ganhou e que o imposto lhe roubou – o que seria uma afirmação absurda, pois se ele se deu ao trabalho de as ganhar, é porque tinha a esperança de delas se servir. Provavelmente teria mandado reconstruir a cerca do seu jardim e agora já não poderá fazê-lo – *é o que não se vê*. Ou teria mandado adubar as suas terras e agora já não pode – *é o que não se vê*. Teria ampliado a sua casita e já não pode – *é o que não se vê*. Ou teria comprado mais ferramentas e agora já não o fará – *é o que não se vê*. Ter-se-ia alimentado melhor, vestido melhor, teria dado melhor instrução

aos seus filhos, aumentado o dote da filha e agora já não pode — *é o que não se vê*. Ter-se-ia inscrito numa associação mutualista e já não o pode fazer — *é o que não se vê*.

De um lado estão os benefícios que lhe são retirados e os meios que foram arredados das suas mãos. Do outro, o trabalho do fazendeiro, do carpinteiro, do ferreiro, do alfaiate e do professor da sua terra, o qual teria fomentado e que agora se vê anulado. *Tudo isto é o que constantemente não se vê*.

Conta-se muito com a futura prosperidade da Argélia. Que assim seja. Mas que se leve em conta também o marasmo que, enquanto isso, se faz abater inevitavelmente sobre a França. Apontam-me o comércio de Marselha; mas se este se faz com o produto do imposto, invariavelmente vos conseguirei apontar um comércio semelhante que não está a avançar no resto do país. Dizem: «Eis um colono levado para a Berbéria. Representa um alívio para a população que permanece no país.» Ao que eu respondo: «Como é isso possível se, ao transportar esse colono para a Argélia, está-se também a levar para lá duas ou três vezes o capital que o teria sustentado em França⁽²¹⁾?»

⁽²¹⁾ O Sr. Ministro da Guerra afirmou recentemente que cada indivíduo transportado para a Argélia custou ao Estado oito mil francos. Ora, ninguém duvida que o infeliz de que se fala teria muito bem vivido em França com a quantia de quatro mil francos. Pergunto em que se está a aliviar a população francesa, quando lhe retiram um homem, mas também os meios de subsistência de dois? (N. do A.)

O meu único objectivo é fazer o leitor compreender que, em toda a despesa pública, por detrás do bem aparente, existe um mal mais difícil de discernir. Tanto quanto me for possível, gostava de incutir no meu leitor o hábito de reparar tanto num como no outro aspecto, e de tomar os dois em consideração.

Quando uma despesa pública é proposta, é preciso examiná-la em si mesma, abstraindo-nos do pretensão incentivo ao emprego que dela resultará, pois esse incentivo não passa de uma quimera. O que a despesa pública alcança nessa vertente, também a despesa privada o teria feito. Portanto, os interesses dos trabalhadores estão sempre fora de questão.

Não é objecto deste texto apreciar o mérito intrínseco dos gastos públicos feitos na Argélia.

Contudo, não posso deixar de fazer uma observação geral. É que a presunção será sempre desfavorável aos gastos colectivos levados a cabo por via dos impostos. Porquê? Pelo seguinte:

Para começar, a Justiça será sempre atingida. Sabendo o que Jacques Bonhomme suou para receber a sua moeda de cem soldos, com o desejo de ter alguma satisfação, é no mínimo infeliz que o Fisco intervenha para lhe retirar essa mesma satisfação e a conferir a outrem. É claro que cabe ao Fisco ou a quem age em nome dele apresentar boas razões para tal. Mas já vimos que o Estado nos faz uma provocação quando diz que «com esses cem soldos darei trabalho a muitos operários». Jacques Bonhomme (assim que se livrar das cataratas) não deixará de responder: «Co'a breca! Com esses cem soldos eu mesmo daria trabalho a estes operários».

Posta de lado tal justificação, as restantes apresentar-se-ão em toda a sua nudez, e o debate entre o Fisco e o pobre Jacques logo se simplificará. Ou muito me engano ou, se o Estado lhe disser «Eu tiro-te 100 soldos para pagar ao polícia que te protege; para pavimentar a rua por onde passas todos os dias; para sustentar o magistrado que faz com que a tua liberdade e a tua propriedade sejam respeitadas; para alimentar o soldado que defende as nossas fronteiras», Jacques Bonhomme pagará sem dizer uma palavra. Mas se o Estado lhe diz «Eu tiro-te esses cem soldos para te dar um centavo de incentivo caso cultives bem a tua terra, ou para ensinar ao teu filho o que não queres que ele aprenda, ou para que o Sr. Ministro acrescente um centésimo primeiro prato ao seu banquete; eu tiro-te esse dinheiro para construir uma casa na Argélia, com a condição de te tomar mais cem soldos todos os anos para manter por lá um colono, e outros cem soldos para manter um soldado que guarde o colono, e outros cem soldos para manter um general que guarde o soldado, etc.», aí parece-me ouvir o pobre Jacques exclamar: «Este regime legal parece-se bastante com o regime da floresta de Bondy⁽²²⁾!»

Ao prever esta objecção, o que faz o Estado? Baralha as coisas todas e apresenta precisamente essa justificação detestável que não devia ter influência nesta questão. Fala do efeito dos cem soldos sobre o emprego; mostra o cozinheiro e o fornecedor do ministro; mos-

(22) Bondy é um município do nordeste de Paris, cuja perigosa floresta, em tempos, era conhecida como um antro de ladrões e bandidos. (*N. do Org.*)

tra um colono, um soldado e um general a viverem dos cinco francos; mostra, enfim, *o que se vê*. Portanto, enquanto Jacques Bonhomme não aprender a discernir *o que não se vê*, será sempre enganado. É por isso que me esforço por lho ensinar com grandes doses de repetições.

O facto de os gastos públicos deslocarem o emprego sem que o aumentem resulta numa segunda e grave presunção contra os mesmos. Deslocar o emprego é o mesmo que deslocar os empregados, é perturbar as leis naturais que regem a distribuição da população sobre o território. Quando se deixa os cinquenta milhões ao contribuinte, como este está por toda parte, esse dinheiro estimula o trabalho nos quarenta mil municípios de França. Esse dinheiro permite a cada um manter-se na sua terra natal e distribui-se por todos os trabalhadores possíveis, por todas as indústrias imagináveis. Mas se o Estado retira esses cinquenta milhões aos cidadãos, acumulando-os e gastando-os num determinado ponto, deslocará, assim, para esse ponto, uma quantidade proporcional de trabalho, um número correspondente de trabalhadores retirados à sua terra natal, população deambulante, desclassificada e, ousou dizer, perigosa, quando o dinheiro acaba!

Mas isto resume-se ao seguinte (e volto assim à minha tese inicial): toda esta actividade estonteante, despejada, por assim dizer, num espaço estreito, capta todos os olhares: *é o que se vê*. O povo aplaude e fica maravilhado com a beleza e a simplicidade de todo o processo, reclamando o seu alargamento e repetição.

O que ele não vê é que uma quantidade igual de trabalho, provavelmente mais judicioso, ficou inerte em todo o resto da França.

XI. Poupança e ostentação

Não é só em matéria de gastos públicos que *o que se vê* eclipsa *o que não se vê*. Ao deixar na sombra metade da economia política, este fenómeno induz uma falsa moral. Leva as nações a considerarem antagónicos os seus interesses morais e os seus interesses materiais. O que haverá de mais triste e desencorajador! Vejam:

Não há pai de família que não considere seu dever ensinar aos filhos a ordem, o asseio, o espírito de conservação, a economia, a moderação nas despesas. Não existe religião que não lute contra a ostentação e o luxo. E isso está muito bem; mas, por outro lado, haverá frases mais populares do que as seguintes?

«Entesourar é sangrar as veias do povo.»

«O luxo dos grandes faz a prosperidade dos pequenos.»

«Os pródigos arruinam-se, mas enriquecem o Estado.»

«É no esbanjar do rico que germina o pão do pobre.»

Eis, certamente, uma flagrante contradição entre a ideia moral e a ideia social. Que espíritos eminentes, após constatarem este conflito, tenham conseguido repousar em paz! Eis algo que nunca consegui com-

preender; pois acredito que nada mais doloroso se pode experimentar do que constatar duas tendências opostas na Humanidade. O quê! ela chega à degradação tanto por um como por outro extremo! Se economizar, cai na miséria; se esbanjar, está condenada à decadência moral!

Felizmente, as máximas populares apresentam a poupança e a ostentação numa perspectiva ilusória, tendo apenas em conta as consequências imediatas *que se vêem*, e não os efeitos ulteriores *que não se vêem*. Tentemos rectificar esta visão incompleta.

Mondor e o seu irmão Aristo, após repartirem a herança paterna, ficam, cada um, com uma renda de 50 mil francos. Mondor dedica-se à filantropia, como está na moda. Torna-se no que se costuma chamar esbanjador de dinheiro. Renova a mobília várias vezes por ano, troca de carruagem todos os meses; comentam-se os métodos engenhosos a que recorre para acabar mais cedo com o dinheiro: em suma, faria corar os *bons vivants* de Balzac e de Alexandre Dumas.

Além disso, oiça-se o concerto de elogios que constantemente o rodeia! «Falem-nos de Mondor! Viva Mondor! É o benfeitor dos trabalhadores; é a providência do povo. É verdade que se atola em bacanais, que salpica os que por ele passam; tanto a sua dignidade como a dignidade humana sofrem um pouco com isso... Mas, ora, se não se mostra útil em si mesmo, mostra-se útil pela sua fortuna. Faz circular o dinheiro e a sua casa está sempre cheia de fornecedores, que de lá saem sempre satisfeitos. Não

se costuma dizer que, se o ouro é redondo, é para que possa rolar?»

Aristo adoptou um modo de vida bem diferente. Não sendo um egoísta, é, pelo menos, um *individualista*, pois raciona as suas despesas, procura apenas os prazeres moderados e razoáveis, pensa no futuro dos filhos e, se me permitem a expressão, *economiza*.

E oiça-se o que a populaça diz sobre ele!

«Para que serve esse rico malvado, esse avarento? Sem dúvida que há algo de impressionante e inspirador na simplicidade da sua vida. Aliás, ele é bondoso, humano, generoso, mas *faz contas*. Não consome tudo o que recebe. O seu palacete não está sempre iluminado e cheio de gente. Que gratidão obtém ele junto dos tapeceiros, dos fabricantes de carruagens, dos negociantes de cavalos ou dos confeiteiros?»

Estes juízos, nocivos à moral, baseiam-se no facto de haver uma coisa que impressiona os olhos: a despesa do pródigo; e uma outra lhes é escondida: a despesa equivalente ou até mesmo superior do economizador.

Mas as coisas foram tão admiravelmente organizadas pelo divino inventor da ordem social que, neste caso, como em tudo o resto, a economia política e a moral, longe de colidirem, estão em concordância; e a sabedoria de Aristo não é somente mais digna, mas também mais *proveitosa* que a loucura de Mondor.

E, quando digo mais proveitosa, não quero dizer que o é somente para Aristo, ou até para a sociedade em geral, mas sim mais proveitosa para os trabalhadores actuais, à indústria de hoje.

Para o demonstrar, basta levarmos aos olhos do espírito aquelas consequências remotas das acções humanas que os olhos do corpo não vêem.

Sim, a prodigalidade de Mondor produz efeitos visíveis a todos os olhares: todos podem ver as suas berlindas, os seus landaus, os seus faetontes, as belas pinturas no tecto da sua casa, os seus ricos tapetes, o brilho que jorra do seu palacete. Todos sabem que os seus puros-sangues correm no hipódromo. Os jantares que ele oferece no palacete de Paris fazem a multidão parar na avenida, dizendo: «Aí está um homem corajoso que, longe de guardar parte dos seus rendimentos, provavelmente dissipa o seu capital.» *Isto é o que se vê.*

Não é assim tão fácil de ver, do ponto de vista do interesse dos trabalhadores, em que é que se tornam os rendimentos de Aristo. Contudo, se seguirmos o seu rasto, chegaremos à conclusão que todos esses rendimentos, *até ao último centavo*, servirão para dar emprego aos operários tão certamente como os de Mondor. A única diferença é esta: a despesa louca de Mondor está condenada a diminuir continuamente e a chegar a um termo inevitável; a sábia despesa de Aristo engordará de ano para ano.

E se assim for, não há dúvida que o interesse público coincide com a moral.

Aristo gasta consigo e com a sua casa 20 mil francos por ano. Se isto não chegasse para o deixar satisfeito, não mereceria o cognome de sábio. Além disso, é sensível aos males que pesam sobre as classes pobres; acredita, em consciência, que lhes deve proporcionar

algum alívio, destinando 10 mil francos para actos de beneficência. Entre os negociantes, os fabricantes, os agricultores, tem amigos em dificuldades momentâneas. Informa-se da sua situação, a fim de poder socorrê-los com prudência e eficácia, e destina também 10 mil francos a essa obra. Por fim, não se esquece que tem filhas para dotar, filhos aos quais deve assegurar um futuro; consequentemente, todos os anos, poupa e aplica obrigatoriamente 10 mil francos.

Eis, então, como aplica os seus rendimentos:

- 1.º Despesas pessoais: 20 000 fr.
- 2.º Filantropia: 10 000 fr.
- 3.º Ajuda aos amigos: 10 000 fr.
- 4.º Poupança: 10 000 fr.

Se resumirmos cada um destes capítulos, veremos que nem um só centavo escapa ao emprego nacional.

1.º Despesas pessoais. Este, para os operários e fornecedores, tem efeitos absolutamente idênticos a uma despesa equivalente efectuada por Mondor. Isso é por demais evidente; não diremos mais nada a este respeito.

2.º Filantropia. Os 10 mil francos destinados a esse fim irão igualmente alimentar a indústria. Serão recebidos pelo padeiro, pelo talhante, pelo comerciante de roupas e de móveis. Simplesmente, o pão, a carne, as roupas não beneficiam directamente Aristo, mas sim aqueles por quem se substituiu. Ora, esta simples substituição de um consumidor por outro não afecta em nada a indústria geral. Que Aristo gaste 100 centavos

ou que peça a um infeliz que os gaste em seu lugar é a mesma coisa.

3.º Ajuda aos amigos. O amigo a quem Aristo empresta ou dá 10 mil francos não os recebe para os guardar; isso invalida a premissa. Esse amigo utilizará o dinheiro para comprar mercadorias ou pagar dívidas. No primeiro caso, a indústria é encorajada. Será que alguém ousará dizer que há mais ganho para a indústria na compra, por Mondor, de um puro-sangue de 10 mil francos, do que na compra, por Aristo ou pelo seu amigo, de 10 mil francos em tecidos? Se esta quantia for usada para pagar uma dívida, tudo o que daí resulta é que aparecerá um terceiro personagem, o credor, que receberá os 10 mil francos, mas que certamente os empregará em qualquer coisa na sua loja, na sua fábrica, ou na sua exploração. É apenas mais um intermediário entre Aristo e os operários. Os nomes próprios mudam, a despesa permanece e o incentivo à indústria também.

4.º Poupança. Restam os 10 mil francos *poupados*; e é aqui que, do ponto de vista do incentivo às artes, à indústria, ao trabalho, aos trabalhadores, Mondor parece muito superior a Aristo, embora, no aspecto moral, Aristo se revele um pouco superior a Mondor.

Não consigo evitar um certo mal-estar físico, que quase raia o sofrimento, sempre que me apercebo de tais contradições entre as grandes leis da natureza. Se a Humanidade tivesse de optar entre dois partidos, dos quais um fêrisse os seus interesses e o outro a sua consciência, só nos restaria desesperar pelo seu futuro. Felizmente, as coisas não são assim. Para que

se veja Aristo retomar a sua superioridade económica, à semelhança da sua superioridade moral, basta compreender esse axioma consolador, que não é menos verdadeiro por ter uma aparência paradoxal: *poupar é gastar*.

Qual é o objectivo de Aristo ao economizar 10 mil francos? Será o de encafiar 2 mil moedas de 100 soldos num esconderijo do seu jardim? Certamente que não; ele procura aumentar o seu capital e o seu rendimento. Consequentemente, o dinheiro que não aplicar na obtenção de satisfações pessoais será utilizado na compra de terrenos, de uma casa, de bilhetes do Tesouro, de acções da indústria ou, então, aplicado junto de um banqueiro ou corretor. Acompanhem o dinheiro em todas essas hipóteses e convencer-se-ão de que, por intermédio de vendedores ou de devedores, ele vai alimentar o emprego tão certamente como se, a exemplo do seu irmão, Aristo o tivesse empregue em móveis, jóias e cavalos.

É que, ao comprar terrenos ou anuidades por 10 mil francos, Aristo é movido pela convicção de que não tem necessidade de gastar essa quantia, e é por isso que o censurais.

Mas, da mesma forma, aquele que lhe vende os terrenos ou as anuidades fá-lo na intenção de gastar os 10 mil francos de uma maneira qualquer.

De modo que a despesa se realizará, em qualquer dos casos, ou por Aristo ou por aqueles que o substituem.

Do ponto de vista da classe operária, do incentivo ao emprego, só há uma diferença entre a conduta de

Aristo e a de Mondor. A despesa de Mondor, sendo feita directamente por ele e em torno dele, *vê-se*. A de Aristo, sendo feita em parte por intermediários e à distância, *não se vê*. Mas, de facto, e para quem sabe juntar os efeitos às causas, aquela que não se vê é tão certa quanto a que se vê. A prova disso é que, em ambos os casos, o dinheiro *circula*, e que não resta mais no cofre do sábio do que no do esbanjador.

Portanto, é falso que a poupança cause um real prejuízo à indústria. Nesse aspecto, é tão benéfica quanto a ostentação.

Mas quão superior não será essa poupança, se o nosso pensamento, em vez de se prender nos momentos fugazes, abranger um período alongado!

Passaram dez anos. O que é feito de Mondor e da sua fortuna? E da sua grande popularidade? Tudo isso se desvaneceu, Mondor está arruinado; longe de injectar, todos os anos, 60 mil francos no corpo social, está provavelmente a viver à sua custa. Em todo o caso, já não traz a alegria dos fornecedores, já não se reputa como protector das artes e da indústria, já não serve de nada aos trabalhadores, nem à sua descendência, que deixa em perigo.

No cabo dos mesmos dez anos, Aristo continua não só a fazer circular todo o seu rendimento, como esse rendimento aumenta de ano para ano. Contribui para o crescimento do capital nacional, ou seja, do fundo que alimenta os salários, e, como a procura de braços depende da extensão desse fundo, Aristo concorre para o aumento progressivo da remuneração da classe operária. Quando um dia morrer, deixa filhos prepa-

rados para o substituírem nessa obra de progresso e de civilização.

No âmbito da moral, a superioridade da poupança face à ostentação é incontestável. E é consolador pensar que também assim o será, no âmbito da economia, para aqueles que, não parando nos efeitos imediatos dos fenómenos, saibam levar as suas investigações até aos seus efeitos definitivos.

XII. Direito ao trabalho, direito ao lucro

«Irmãos, quotizai-vos para me oferecerem trabalho pelo vosso preço.» Este é o Direito ao Trabalho⁽²³⁾, o Socialismo elementar ou de primeiro grau.

«Irmãos, quotizai-vos para me oferecerem trabalho pelo meu preço.» Este é o Direito ao Lucro, o Socialismo refinado ou de segundo grau.

Tanto um como outro vivem daqueles seus efeitos *que se vêem*. Ambos morrerão pelos seus efeitos *que não se vêem*.

O que se vê são os empregos e os lucros promovidos pela quotização social. *O que não se vê* são os empregos e os lucros aos quais essa quotização daria lugar, caso tivesse sido deixada nas mãos dos contribuintes.

⁽²³⁾ Mantemos a expressão ‘direito ao trabalho’, em detrimento de ‘direito ao emprego’, por corresponder à própria menção do autor (*‘droit au travail’*), bem como à expressão consagrada, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Artigo 23.º, disponível em <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>). (*N. do Org.*)

Em 1848⁽²⁴⁾, o Direito ao Trabalho revelou, por momentos, as suas duas faces. Isso bastou para que se arruinasse aos olhos da opinião pública.

Uma dessas faces era o chamado *Atelier Nacional*.

A outra, o imposto dos *Quarenta e cinco centavos*.

Milhões de francos saíam diariamente da Rua de Rivoli para os *ateliers* nacionais. Este é o lado bonito da moeda.

Mas eis o reverso: para que esses milhões de francos saíssem de um cofre, era preciso que nele tivessem entrado. E foi por essa razão que os organizadores do Direito ao Trabalho se dirigiram aos contribuintes.

Ora, os proprietários rurais diziam: «Vou ter de pagar 45 centavos. Portanto, já não vou comprar umas roupas, ou adubar a minha terra ou fazer arranjos em casa.»

Os trabalhadores do campo, por sua vez, retrucavam: «Mas se o nosso burguês se privar de roupa nova, vai haver menos trabalho para o alfaiate. Se ele não adubar as terras, vai haver menos trabalho para o fazendeiro. Se não mandar alguém arranjar a sua casa, vai haver menos trabalho para o carpinteiro e para o pedreiro.»

Ficou então demonstrado que não se pode querer sol na eira e chuva no nabal: o trabalho saldado pelo Governo faz-se às custas do trabalho pago pelo

(24) O novo regime, inaugurado com a Revolução de Fevereiro de 1848, patrocinou a criação de *ateliers* de trabalho para tentar resolver o problema do desemprego, aumentando também os impostos indirectos em 45 centavos. (*N. do Org.*)

contribuinte. Morreu aí o Direito ao Trabalho, que se revelou não só uma quimera, mas também uma injustiça.

Contudo, o Direito ao Lucro, que não passa de um exagero do Direito ao Trabalho, ainda está vivo e de boa saúde.

Não haverá algo de vergonhoso no papel que o proteccionista atribui à Sociedade?

Ele diz-lhe:

«Tens de me dar trabalho e, mais do que isso, trabalho lucrativo. Eu escolhi tontamente uma indústria que me dá 10 % de prejuízo. Se arrecadares uma contribuição de vinte francos aos meus compatriotas e me entregares, o meu prejuízo converter-se-á em lucro. Ora, o lucro é um direito e tu deves-mo.»

Uma Sociedade que dê ouvidos a tal sofista, que se carregue com impostos para o satisfazer, que não se dê conta de que um prejuízo sofrido por uma indústria não deixa de o ser se outros forem forçados a cobri-lo; uma Sociedade como essa, digo-vos eu, merece o fardo que lhe infligem.

Eis o que se pode constatar com os vários assuntos que fui percorrendo: não saber Economia Política é deixar-se deslumbrar pelo efeito imediato de um fenómeno; ao passo que conhecê-la é abranger no pensamento e na previsão o conjunto dos efeitos.

Eu poderia aqui submeter à mesma prova uma multidão de outras questões. Mas recuo perante a monotonia de uma demonstração incessantemente uniforme e termino applicando à Economia Política

o que Chateaubriand diz da História, no seu livro de *Memórias de Além-Túmulo*:

«Existem, diz ele, duas consequências na História: uma imediata, prontamente reconhecida, outra distante e que não se percebe de imediato. Essas consequências muitas vezes contradizem-se. Uma advém da nossa curta sabedoria, as outras da sabedoria duradoura. Os desígnios providenciais aparecem depois dos acontecimentos humanos. Deus ergue-se depois dos homens. Negai o Supremo Conselho tanto quanto desejardes; desacreditai as Suas acções; questionai a escolha de palavras; chamai ao que o povo chama Providência a mera força das coisas ou da razão; mas contemplai o instante final de um facto consumado e vereis que produz invariavelmente o efeito contrário àquele que dele se esperava, quando o mesmo não se tenha desde início baseado na moral e na justiça.»